

**Universidade Federal de Ouro Preto**

Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS

---

Dissertação

---

**Historiadoras: aproximações  
femininas à história da  
historiografia brasileira  
(1970-1990)**

Ouro Preto



**UFOP**



Ministério da Educação  
Universidade Federal de Ouro Preto  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais  
Programa de Pós-Graduação em História



BRUNA STUTZ KLEM

**Historiadoras: aproximações femininas à história da historiografia  
brasileira**

Mariana

2019

BRUNA STUTZ KLEM

**Historiadoras: aproximações femininas à história da historiografia  
brasileira**

Dissertação de mestrado apresentada ao curso do Programa de Pós-graduação em História na da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em História

Linha de pesquisa: Ideias, Linguagens e Historiografia

Orientador: Prof. Dr. André de Lemos Freixo

Mariana

2019

K647h Klem, Bruna Stutz.  
Historiadoras [manuscrito]: aproximações femininas à história da historiografia brasileira / Bruna Stutz Klem. - 2019.  
89f.: il.: graf.

Orientador: Prof. Dr. André de Lemos Lemos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: História.

1. Historiografia - História. 2. Historiografia - Brasil. 3. Mulheres. 4. Historiadoras. 5. Intelectuais. I. Lemos, André de Lemos. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 930(043.3)

Catálogo: [www.sisbin.ufop.br](http://www.sisbin.ufop.br)



**Bruna Stutz Klem**

“Historiadoras: aproximações femininas à história da historiografia brasileira (1970-1990)”.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Mariana, 19 de agosto de 2019.

*Participa por videoconferência*  
**Prof. Dr. André de Lemos Freixo (Orientador)**  
Departamento de História - UFOP

*Helena Miranda Mollo*  
**Profa. Dra. Helena Miranda Mollo (Membro)**  
Departamento de História - UFOP

*Jessica Goes Guimarães Gaio*  
**Profa. Dra. Jessica Goes Guimarães Gaio (Membro)**  
Departamento de História - UERJ

## **Agradecimentos**

Este trabalho é o fim de mais uma longa etapa da minha vida, mas nada disso se cumpriu sozinho e tenho algumas pessoas muito importantes a agradecer, sem nenhuma ordem em especial. Aos amigos que fiz durante minha estadia longe de casa, na cidade de Mariana, no ICHS onde conheci tantas pessoas especiais que fazem parte deste processo. Agradeço também aos amigos do Rio que me apoiaram e incentivaram, mesmo de longe, compartilhando as vivências do mestrado. Obrigada por aparecerem e permanecerem na minha vida.

Tenho um agradecimento especial ao Mauro Franco, meu grande companheiro e entusiasta que se manteve firme em cada momento que me sentia esmorecer, lendo com afinco cada linha escrita e acreditando no meu potencial. Seu incentivo e conselhos contribuíram para cada passo da minha trajetória acadêmica.

Agradeço à minha mãe Cássia Klem e minha irmã Mariana Stutz Klem, grandes amigas, com quem dividi todas as alegrias, tristezas, conquistas e incertezas da vida, e que estiveram presentes durante essa trajetória personificando a paciência diante das minhas autocobranças e ansiedade.

Agradeço ao meu pai, fonte eterna de inspiração, garra e determinação que, mesmo que não se faça mais fisicamente presente, permanece como imagem e memória que me apoia e incentiva.

Nada disso seria possível sem a oportunidade que a universidade pública me proporcionou, por isso meus sinceros e eternos agradecimentos à Universidade Federal de Ouro Preto, que graças ao REUNI teve sua estrutura expandida atendendo a uma parcela ainda maior da população. Agradeço por todos os ensinamentos que tive nesse espaço, os terceirizados, aos servidores, na biblioteca, na xerox, na cantina; aos colegas do NEHM e aos excelentes professores do PPGHIS com os quais tive oportunidade de conviver e aprender, destaco um agradecimento especial ao meu orientador André de Lemos Freixo.

As minhas queridas professoras, que me inspiram diariamente, e fazem parte não só da minha banca, mas também da minha pesquisa: Géssica Guimarães e Helena Mollo, muito obrigada pelas conversas, por acreditar em mim, na minha capacidade, quando nem eu mesma acreditava, e por aceitaram partilhar esse trabalho comigo.

Não poderia deixar de agradecer aos funcionários da Universidade de São Paulo, na Biblioteca Florestan Fernandes, no Instituto de Estudos Brasileiros, no Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda”, no serviço de pós-graduação e no arquivo geral da USP, onde foram todos atentos e solícitos com as minhas demandas durante a pesquisa.

E por último, e não menos importante, gostaria de agradecer todas as mulheres que estão todos os dias lutando numa sociedade patriarcal, precisando ser fortes e guerreiras mesmo tendo seus direitos constantemente atacados na atual gestão do país. Que muitas pesquisas continuem investigando a produção intelectual das minorias e que a Universidade siga resistindo e sendo espaço de diálogo, diversidade e conhecimento. Continuemos em luta!

## RESUMO

Esta dissertação nasce a partir da vontade, de investigar a produção de conhecimento feita por mulheres dentro de uma área específica da história da historiografia brasileira na estruturação da pós-graduação em História no Brasil, através da documentação consultada, é possível observar aspectos muito mais complexos, gerando o interesse em testar os limites. Tendo isso em vista, uma grande quantidade de fontes foi consultada com dados relacionados a universidade com o objetivo apresentar observar os nomes e assuntos importantes para o campo, e se cristalizava ao redor dos cânones masculinos, pois a pesquisa era considerada uma carreira imprópria para a mulher pois gerariam o afastamento da vida familiar, do casamento e da maternidade.

Com a efervescência do movimento feminista no Brasil nos anos 1980 e o crescente número de mulheres nas universidades há uma ampliação de pesquisas que fornecem um novo prisma, através de uma abordagem feminista e da epistemologia de gênero, que ajuda a evidenciar as relações de poder constitutivas da produção de conhecimento e que contribuem para a formação de redes de sociabilidade que influenciam na escolhas epistemológicas intelectuais. Dessa maneira, buscou-se explorar a possível invisibilidade da produção feminina dentro do campo e ainda em processo de transformação até hoje.

Palavras-chaves: Historiografia brasileira. Universidade. Gênero. Historiadoras

## **ABSTRACT**

This research aimed to investigate the production of knowledge by women within a specific area of the history: the Brazilian historiography in the structuring of postgraduate studies in History in Brazil. Through the consulted documentation, it was observed much more complex aspects, generating interest in testing the limits. Therefore, a large number of sources were consulted with university-related data to present the names and subjects of importance to the field, and crystallized around the male canons, as the research was considered an inappropriate career for women because they would lead to distancing them from family life, marriage and motherhood.

With the effervescence of the feminist movement in Brazil in the 1980s and the growing number of women in universities, there is a broadening of research that provides a new prism through a feminist approach and gender epistemology that helps to highlight constitutive power relations of knowledge production and that contribute to the formation of sociability networks that influence the intellectual epistemological choices. Thus, we sought to explore the possible invisibility of female production in history and still in the process of transformation to this day.

**Keywords:** Brazilian historiography. University. Genre. Women Historians.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPUH - Associação Nacional de Professores Universitários de História a partir de 1971/ hoje Associação Nacional de História.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPH - Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda”

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FFCL - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras<sup>1</sup>

FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FNFi - Faculdade Nacional de Filosofia

HH – História da Historiografia

ICHS – Instituto de Ciências Humanas e Sociais

ICHTH - International Commission for the History and Theory of History

IEB – Instituto de Estudos Brasileiros

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INTH - International Network for Theory of History

NEHM – Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade

PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RBH - Revista Brasileira de História

RTH - Revista de Teoria da História

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SBTHH – Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia

SNHH – Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia<sup>2</sup>

UDF – Universidade do Distrito Federal<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas foi fundada em 25 de janeiro de 1934 com o nome de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), mais tarde se tornando FFLCH.

<sup>2</sup> Antigo Seminário Nacional de História da Historiografia.

<sup>3</sup> A instauração do Estado Novo, em novembro de 1937, criou condições para a eliminação da UDF e a incorporação de seus quadros à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, criada em 1939.

UEG – Universidade do Estadual de Goiás  
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
UFC - Universidade Federal do Ceará  
UFF - Universidade Federal Fluminense  
UFG – Universidade Federal de Goiás  
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto  
UFPE - Universidade Federal  
UFPR - Universidade Federal do Paraná.  
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina  
UNB – Universidade de Brasília  
UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas  
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana  
USP – Universidade de São Paulo  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

<b>Sumário</b>	
<b>Introdução</b>	13
<b>Capítulo 1 – Os sujeitos da História da Historiografia Brasileira</b>	20
1.1 - Sobre textos fundamentais para o campo	21
1.2 – A divulgação de pesquisas nas revistas científicas	33
1.3 – A expansão da Pós-Graduação em História e seus desdobramentos	39
1.3.1 – CAPES, CNPQ e a Universidade de São Paulo	39
1.3.2- Concursos de cátedras no Departamento de História da USP	44
1.3.3 – O I Seminário de Estudos Brasileiros e o Encontro Internacional de Estudos Brasileiros na USP;	45
1.4 – Institucionalizando o campo da História da Historiografia no Brasil	47
<b>Capítulo 2 –Rupturas femininas na produção de conhecimento</b>	52
2.1 – A ciência com rosto masculino	52
2.1.1 – O acesso das mulheres na produção de conhecimento	57
2.2 – A História das Mulheres e a Epistemologia feminista	62
2.3 – As relações intelectuais nas ciências humanas	68
2.4 – Trajetórias sobre o ‘ser historiadora’	72
<b>Conclusão</b>	82
<b>Referências bibliográficas:</b>	85

"ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele".

(SAFFIOTI, 2015, p.45)

## Introdução

É possível fazer uma história das historiadoras no Brasil? Com quantas historiadoras se produz história da historiografia? As perguntas não precisam ter uma resposta, mas sim possuir um alvo bem preciso de indagação sobre algumas formas aparentes no fazer historiográfico. Entre os desafios atuais da historiografia, considero a tentativa de colocar em diálogo epistemologia e ética um dos mais significativos. Entendo que a produção de conhecimento na história precisa romper com esse distanciamento. Dessa forma, por um lado, compreendo que a minha pesquisa possui um caráter ético que age no sentido da emancipação da mulher como intelectual. Por outro lado, age também compreendendo a produção intelectual feminina no campo historiográfico e de sua epistemologia.

Adentrando o problema, creio que a história da historiografia brasileira é um campo de estudos com muitas lacunas, mas que nos últimos anos tem se expandido em pesquisas que focam em temáticas até então inexploradas. Questionar a forma segundo a qual o fazer histórico se desenvolveu e chegou ao que temos hoje configura uma crítica relevante dentro das perspectivas do horizonte de ser pesquisador(a). Meu ponto se concentra no fato da presença de mulheres dentro da universidade no Brasil criar uma série de indagações sobre a sua participação, já que aparecem muito pouco entre os nomes dos historiadores que participam de uma percepção da construção do conhecimento histórico. Esta evidência termina por silenciar as historiadoras, já que as “virtudes epistêmicas” têm como foco somente o historiador.

Nesse sentido, há hoje um conjunto de pesquisas que abordam as inúmeras barreiras encontradas pelas mulheres na ciência e estudam como as mulheres estão sub-representadas em muitas áreas; um fenômeno que se acentua na medida em que se avança na carreira. No dia 17 de maio de 2018 foi publicada, no Jornal da USP<sup>4</sup>, uma reportagem sobre o assunto com Denise Moraes da Fonseca, pesquisadora do Departamento de Imunologia do Instituto de Ciências Biomédicas da USP, em que ela afirma que embora, no Brasil, as mulheres já sejam responsáveis por metade da produção científica, a média mundial da participação feminina neste espaço é de apenas 30%<sup>5</sup>. Dentre os principais problemas enfrentados ainda hoje pelas

---

<sup>4</sup> Disponível em: < <https://jornal.usp.br/atualidades/mulheres-avancam-na-ciencia-mas-ainda-nao-ocupam-cargos-de-chefia/>>. Acesso 10 de jun. 2019.

<sup>5</sup> Cf. <<https://jornal.usp.br/universidade/mulheres-fazem-ciencia-mas-ainda-estao-longe-do-topo/>>. Acesso 10 jun. de 2019.

mulheres estão a escassez de financiamentos, que costumam ser direcionados aos homens, e a maternidade, já que as mães têm dificuldade de se restabelecer ao retomar suas atividades.

Em artigo para o portal “Nossa Ciência”, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência<sup>6</sup>, a professora Bolzani aborda o mesmo assunto, apontando que, segundo o censo do INEP conduzido de 2000 a 2012, o número de mulheres que concluiu o ensino médio é ligeiramente superior ao de homens. Da mesma forma, nos cursos de graduação, considerando-se todas as carreiras, aí incluídas áreas onde a predominância feminina é marcante, como em pedagogia, letras, ciências humanas, elas representaram 57,1% dos concluintes em 2012. O ano de 2010 marca o ponto de equilíbrio quanto ao gênero no número de pesquisadores registrados no CNPq<sup>7</sup>; assim, não há dúvida de que as ações que ampliam a participação feminina na atividade científica vêm gerando ganhos substantivos nos últimos anos. Porém, os números utilizados para avaliar essa realidade são mais escassos quando se trata de identificar a divisão de gênero nos postos de direção e chefias da Universidade, a grande empregadora de pesquisadores no País.

Assim sendo, um reflexo desse desequilíbrio pode ser visto nos quadros dirigentes das principais sociedades científicas do país, em que as lideranças femininas continuam sendo uma exceção, e em outras áreas específicas das ciências humanas. Carolina Araújo, professora de Filosofia da UFRJ, publicou recentemente o artigo “Quatorze anos de desigualdade: mulheres na carreira acadêmica de Filosofia no Brasil entre 2004 e 2017”<sup>8</sup>, fundamentado por meio da análise dos números de discentes e docentes na Graduação e Pós-Graduação em Filosofia no Brasil a partir dos dados oficiais do INEP e da CAPES de 2004 a 2017. Nota-se que, assim como na História, a carreira em Filosofia é eminentemente acadêmica, de modo que não há cargo mais alto e valorizado do que o de docente de pós-graduação. Por isso, tais números retratam também os padrões de sucesso profissional na área.

---

<sup>6</sup> BOLZANI, Vanderlan. As mulheres na ciência e as expectativas para o século XXI. Disponível em: <<http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/as-mulheres-na-ciencia-e-as-expectativas-para-o-seculo-xxi-3/>>. Acesso 05 de jun. de 2019;

<sup>7</sup> Cf. <[http://cnpq.br/web/guest/noticiasviews/-/journal\\_content/56\\_INSTANCE\\_a6MO/10157/905313](http://cnpq.br/web/guest/noticiasviews/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/905313)>. Acesso 5 de jun. de 2019;

<sup>8</sup> ARAÚJO, C. Quatorze anos de desigualdade: mulheres na carreira acadêmica de Filosofia no Brasil entre 2004 e 2017. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, v. 24, n. 1, p. 13-33, 25 jun. 2019.

Esta dissertação parte destes questionamentos sobre a presença das mulheres nos níveis mais especializados no campo da História da historiografia, e é constituída por dois capítulos—ambos dedicados à tematização desta participação das historiadoras na constituição da história da historiografia brasileira. Consideram-se principalmente as consequências da reforma universitária em 1968, e analisa-se como, dentro da tradição historiográfica brasileira, se dá a consolidação de nomes canônicos que se perpetuam até hoje. Em linhas gerais, como veremos, trata-se de perceber como isso contribuiu para a supressão da produção feminina de conhecimento histórico no Brasil, sendo necessário evidenciar o protagonismo das mulheres e problematizar tanto a ausência de figuras femininas quanto as formas envolvidas nessa subalternidade intelectual atribuída às mulheres.

O modo como as relações de poder se firma podem ser vistos estatisticamente nesta dissertação a partir da posição que sempre foi concedida às mulheres. Uma investigação conjuntural deste panorama busca consolidar algumas hipóteses levantadas a partir de uma reflexão intrínseca ao contato com experiências de exclusão, que em maior número se mantinham obscurecidas diante das relações cordiais e mais difíceis de serem localizadas. O desvelo se inicia a partir disso, tentando contestar esta forma de investigação por demandas éticas e políticas da fixação da mulher na intelectualidade, e não somente nos trabalhos considerados aptos a serem realizados por mulheres.

Dessa maneira, o primeiro capítulo traz uma apresentação de diversos livros que foram produzidos com o objetivo de reunir textos sobre a história da historiografia brasileira, e que dão as diretrizes para a formação da escrita da história. A maioria deles foi escrita a partir de 1970, mas ainda hoje continuam sendo produzidas publicações nesse sentido. Apresentar parte desses livros faz parte de tentar compreender em que bases se firmou os cânones dentro da historiografia brasileira; através da análise destes textos, poderá ficar explícita a repetição de determinados nomes que são, em sua maioria (ou quase sempre), homens. Logo, tal análise conduz a hipóteses sobre os porquês destes textos seguirem e se consolidarem nos mesmos nomes de referência do conhecimento histórico, e sobre como, ainda hoje, estes livros publicados perpetuam tal lógica.

Da mesma forma, uma apreciação mais atenta de algumas revistas científicas do campo auxilia a percepção da condição ocupada pela produção de autoria feminina no conhecimento histórico, percepção essa feita por e sobre mulheres também. É a partir de investigações quantitativas que é reforçada a invisibilidade acerca das contribuições intelectuais femininas, e

que acabam se mantendo à margem, com relação aos cânones historiográficos, também nas revistas científicas, que produzem muitas vezes dossiês temáticos e entrevistas sobre determinados autores de acordo com sua importância e relevância teórica para os seus pares no campo.

Além disso, pontuarei como a expansão da pós-graduação em História a partir da reforma universitária de 1968 evidencia o aspecto que esta reforma toma num contexto de endurecimento do regime militar. Muitas das mudanças realizadas, como, por exemplo, a criação do sistema de créditos, se deram com o propósito de dificultar unidades estudantis que se formavam nas universidades contrárias ao regime. Nessa conjuntura, também foram aperfeiçoados os programas de pós-graduação no país, através de agências de fomento, o que conseqüentemente ampliou vagas entre discentes e docentes. Aqui focamos no caso da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde acessei documentos que ajudaram a elucidar, em parte, as diferenças numéricas entre o sexo feminino e masculino; documentos tais como atas dos concursos de cátedra, catálogos de dissertações e teses e programas de disciplinas ministradas na pós-graduação em História Social e Econômica. Por meio da consulta destes documentos, também tive a oportunidade de encontrar os anais do I Seminário de Estudos Brasileiros do (IEB-USP) em 1971, reunindo pesquisadores de todo o país, onde pude constatar a reduzida presença feminina nas deliberações de um seminário deste porte.

Nesse panorama, destaco o campo da história da historiografia, que, nos últimos dez anos, criou formas significativas de consolidação junto aos seus pesquisadores e pesquisadoras. Os mecanismos inseridos nesta dinâmica de fortalecimento foram investigados para que eu pudesse obter um enquadramento mais concentrado do campo. Entre eles estão a Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia, o Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia e a revista científica História da historiografia, sendo estes os principais impulsionadores.

No segundo capítulo, me detive em desenvolver os aspectos do acesso feminino à vida acadêmica, o impacto na organização profissional nas universidades, a enumeração dos obstáculos compulsórios para as mulheres nesse sentido e os problemas dentro do campo e do que ele influencia. Considerando que a ciência é majoritariamente marcada pela presença masculina, a entrada de mulheres na produção de conhecimento teve uma longa jornada, devido às dúvidas colocadas sobre sua capacidade. Como tentamos evidenciar num breve bosquejo

histórico, a literatura foi uma porta de entrada para mulheres burguesas que tinham acesso à escrita, e por isso foi menos difícil começar a escrever para outras leitoras, iniciando um movimento de mulheres escritoras.

Alguns teóricos podem auxiliar a visualização desses aspectos de maneira mais aprimorada, a partir dos estudos de gênero e das histórias das mulheres, que também auxiliam o entendimento deste apagamento das mulheres dentro da história da historiografia. Isso pois tais teóricos associam a história das mulheres com a da política feminista, tendo esta associação como ponto de partida a fim de criar um campo de questionamentos que documentaria todos os aspectos da vida das mulheres no passado. Sendo assim, reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e de seus agentes já estabelecidos como “verdadeiros”, ou, pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (e teve importância) no passado.

Dentre tais teóricos, Judith Butler explica como há vidas que são possíveis de se apreender e passíveis a operações de poder, e contribui ao revelar estes enquadramentos epistemológicos de sujeitos numa escala de poder. Algo que, como Bourdieu sugere, é o que caracteriza o campo acadêmico, e ressalta a necessidade de reconstrução do trabalho histórico que está fincado em bases permanentes de estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina, que se repete continuamente, já que através de tal trabalho a ordem masculina é reproduzida de época para época.

Na esteira de Simone de Beauvoir, busquei pontuar que a hierarquia entre masculino e feminino está dada pela mesma oposição cultura/natureza. A partir da dessemelhança sexo/gênero, delineiam-se os argumentos para pensar a diferença sexual como produto da cultura e não como essência da modelação dos papéis sexuais. Essas significações hierarquizadas diante das diferenças sexuais colocam o feminino numa situação de desvalorização permanente perante o masculino, e é exatamente isso que Beauvoir inverte ao colocar questões da mulher, do gênero e da existência sexuada no centro de uma discussão que é de ordem política, mas também filosófica.

Por isso, proponho a utilização de uma transversalidade dos estudos de gênero para analisar a história da historiografia, o que faz parte das demandas que o próprio campo busca atender dentro dos novos sujeitos da historiografia. A noção de gênero, em sua dimensão identitária, pretende se aliar também às reflexões sobre as diferenças masculinas e femininas nas origens familiares, na educação, nas maneiras como historiadores e historiadoras

escolheram o curso de História, nas sociabilidades constituídas no espaço universitário, na articulação entre a vida privada e profissional e na percepção sobre a diferença do "fazer histórico" entre mulheres e homens.

Aos poucos, o deslocamento das mulheres sendo retiradas do silêncio produzido por um discurso historiográfico centrado no homem foi ganhando força, com a história social das mulheres se confluindo com as demandas do feminismo, que buscava uma maior visibilidade no espaço público. Com o aumento do acesso das mulheres ao ensino superior no Brasil, algumas destas questões começaram a aflorar. Assinlo que, desde o início da formação educacional brasileira, percebemos um estreito vínculo entre a questão do gênero e a própria educação, uma vez que se fazia grande distinção em relação ao tipo de instrução ministrada a cada um dos sexos.

Essa formação educacional foi acompanhada de uma desvantagem histórica da mulher, chancelada pelo Estado, que traduz em suas leis traços fundamentais da cultura brasileira. Até para ser reconhecidamente cidadã a mulher enfrentou obstáculos impostos por instituições que consideram o brasileiro como um cidadão participante do processo de produção do objeto cultural e de sua reprodução, levando em conta sua maneira de definir e de interagir com o mundo. Assim, de um ponto de vista mais amplo, a entrada rápida e intensa das mulheres nas universidades, espaços tradicionalmente masculinos, não significa necessariamente uma mudança substancial nas relações de gênero, embora delinieie um novo contexto.

Busco, portanto, trazer as dinâmicas e ambiguidades desse novo contexto, já que se inserir neste espaço universitário era um grande desafio para as historiadoras que escolheram seguir a carreira acadêmica, na qual o êxito dependia muito mais de uma série de aspectos morais do que apenas profissionais. Compreender o percurso de algumas mulheres que fizeram parte da tentativa de entrada neste arranjo universitário me permite captar melhor como, efetivamente, surgiam dificuldades para o reconhecimento do trabalho intelectual de autoria feminina. As experiências buscam concretizar em parte o que é discutido e questionado dentro deste trabalho. Ao fim e ao cabo, tal debate politiza a universidade e os cursos por meio de trajetórias profissionais, muitas vezes trazendo o gênero como chave norteadora de compreensão de tais processos.

A partir desta preocupação, me dedico a refletir, a partir dos dados analisados, sobre como as mulheres são maioria na graduação, mas, conforme se avança na carreira acadêmica – mestrado, doutorado, pós-doutorado, docência –, observa-se um afunilamento da participação

feminina. Trazer este debate é uma maneira de avaliar o porquê da relação nas duas pontas de formação se inverter tanto, e de enfrentar este problema de ordem sociológica. Por conseguinte, esta investigação quer ampliar a discussão sobre a articulação do gênero com o campo profissional do historiador e da historiadora, e sobre como seria possível percebê-los no interior de um processo gendricado; sobre as relações entre História da historiografia, cânone e gênero; as articulações entre a vida privada, doméstica e familiar com a carreira universitária; e sobre possíveis diferenças entre homens e mulheres no "fazer histórico".

## Capítulo 1 – Os sujeitos da História da Historiografia Brasileira

Neste capítulo, me dedico a traçar o perfil dos cânones historiográficos para entender algumas lacunas, como as de obras que tratam do assunto da historiografia brasileira repetindo os mesmos nomes de intelectuais considerados chaves para compreender a escrita da história no Brasil. Convido para uma reflexão sobre as bases historicamente fincadas nestas figuras como exemplares para a historiografia brasileira, influenciando gerações de pesquisadores, que se dedicaram a pesquisá-los. Além disso, busco identificar e apresentar um problema de gênero e representatividade no que se refere aos chamados “clássicos da história da historiografia brasileira”. A hipótese é que esta subdisciplina reforça estereótipos de gênero. Numa palavra, contrariamente a todas as evidências concretas (que serão apresentadas ao longo deste estudo), os chamados clássicos da história da historiografia brasileira são representados por figuras masculinas, cis, heterossexuais e brancas. Vela-se, evidentemente, a inegável contribuição feminina para a consolidação do campo/disciplina.

Isso nos leva a *Por que ler os clássicos?*, de Ítalo Calvino. O título do livro de Calvino é uma pergunta complexa, que o autor busca responder listando alguns motivos, sendo um deles o de que “Um clássico é um livro que vem antes de outros clássicos; mas quem leu antes os outros e depois lê aquele, reconhece logo o seu lugar na genealogia.” (CALVINO 1993, p.14). Essa explicação traz um sujeito que é o que leu e que tem a responsabilidade de reconhecer o lugar do livro; logo, os clássicos não entram nessa categoria sozinhos. Eles têm alguém que os reconhece como clássicos. Ao passo que a própria academia valoriza o estudo direcionado desses textos, o cânone se solidifica e torna-se um modelo.

Em seu artigo *Por que uma obra é clássica?*, Pedro Duarte de Andrade (2008) busca responder a pergunta do título argumentando que, se perguntarmos hoje o que faz uma obra ser clássica, é porque já não estamos seguros de seus parâmetros, e já não vivemos numa cultura essencialmente clássica. É possível que as obras a que chamamos clássicas sejam capazes de sobreviver ao perecimento das condições históricas nas quais nasceram não porque, pura e simplesmente, escapam da história, mas sim porque elas criam sua própria história. Elas se tornam ponto de partida e são tão essencialmente históricas que podem trazer a história dentro de si.

Em seu artigo de 2014, a professora Rebeca Gontijo afirma que Capistrano de Abreu, por exemplo, pode ter atingido a posição de clássico impulsionado também pelo artigo de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1951, no qual o autor aponta os principais nomes e

contribuições para a escrita da história. A autora reflete sobre a obra de Capistrano de Abreu possuir características que autorizam sua constante atualização ao longo do tempo, sendo sempre atual e exemplar<sup>9</sup>, e afirma que “Isso indica que a apresentação de algo como clássico pode dizer muito sobre aqueles que o apresentam, bem como sobre o campo intelectual em que atuam.” (GONTIJO, 2014, p. 359). Assim, a operação intelectual de tornar clássica uma obra mobiliza avais que compartilham a consolidação estabelecida para determinado texto e nome. Diz Ana Carolina Barbosa Pereira:

Para identificar o cânone de uma disciplina, basta recorrer aos manuais de apresentação do campo, aos chamados livros introdutórios. No caso da Teoria da História, dispomos de livros e artigos que cumprem com esse objetivo, muitos dos quais escritos e/ou organizados por autores brasileiros nos últimos anos. Entre as publicações mais recentes, observa-se um fenômeno comum que é, no próprio título da obra, a referência direta aos historiadores ilustres, sejam eles os fundadores ou seus sucessores diretos. (PEREIRA, 2018, p. 98)

Existe um movimento de aceitação à bibliografia canônica, aquela que nos habituamos a citar e utilizar como referência no Brasil. Nesse sentido, Pereira (2018) utiliza um termo desenvolvido por Syed Farid Alatas<sup>10</sup> (2008), a *teoria da dependência acadêmica*, segundo a qual habituamo-nos a consumir referenciais teóricos euro-americanos numa relação de dependência acadêmica, que poderia ser resolvida combatendo o eurocentrismo também nos currículos. Trata-se de algo muito mais complexo— uma dependência de ideias, de financiamento para pesquisa, de investimentos na educação e de treinamento nas universidades norte-centrais, dentre outras, evidenciam uma complexa e intrincada estrutura de poder que consolida os cânones e o sujeito da História.

A seguir, faremos como Pereira sugeriu e analisaremos manuais de apresentação do campo, para que possamos tecer constatações sobre a estrutura do campo.

## 1.1 - Sobre textos fundamentais para o campo

Compreender, então, as histórias que estas obras escrevem sobre si mesmas faz parte do mecanismo de investigar como se formou a historiografia brasileira e de localizar os problemas

---

<sup>9</sup> Cf. GONTIJO, Rebeca. O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor na área de concentração: história social. Niterói. 2006.

<sup>10</sup> Cf. ALATAS, Syed Farid. Intellectual and structural challenges to Academic Dependency. International Sociological Association e-bulletin. n.9, mar., 2008.

dentro da construção de um rol de historiadores que fizeram/fazem parte da trajetória disciplinar histórica e servem como marcos fundamentais de um modo de compreender essa disciplina histórica. Autores esses que, na realidade, são dados a ler (e naturalizados) como a própria história da história. O fazer histórico contém formas de abordagem por meio de uma epistemologia dominante, corroborando a existência de um enquadramento dentro deste panteão. Por isso, ao se tratar de história da historiografia brasileira e analisar parte de sua produção, identificarei algumas tendências, sendo estas principalmente manifestações acerca das contribuições de mulheres intelectuais e do desenvolvimento de um modelo predominantemente de autoria masculina, branca e ocidental, que formou e forma historiadores responsáveis pela construção do conhecimento histórico no Brasil.

Alguns marcos na produção historiográfica auxiliarão a traçar este perfil, a professora Gontijo (2014) auxilia nessa tarefa. Um exemplo é a análise da escrita da história da historiografia entre as décadas de 1930 e 1960, que permite observar uma dupla função: afirmativa e crítica. Já no início dos anos 1970, por exemplo, Wanderley Guilherme dos Santos<sup>11</sup> chamou atenção para o fato de que a história intelectual brasileira ainda não havia sido devidamente analisada. O autor identificou que inexistiam estudos sobre a herança cultural do país, prevalecendo o desprezo pela produção anterior aos anos de 1930, o que impedia que a história intelectual fosse conhecida satisfatoriamente.

Entre os anos 1950 e 1970, muitos trabalhos investigaram o modo como escritores e intelectuais viviam e produziam. Por isso, optamos aqui por um recorte temporal de 1970 – época de consolidação das pós-graduações – em diante, focando em um momento de esforço da produção de conhecimento com alguns balanços elaborados por Francisco Iglésias (1971), Carlos Guilherme Mota (1977) e José Roberto do Amaral Lapa (1976); autores que, de forma geral, afirmaram a insuficiência das formas em que a historiografia brasileira<sup>12</sup> vinha se estruturando.

Em seu artigo intitulado *Aspectos da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial*, publicado em 1998, Laura de Mello e Souza esboça uma periodização dos estudos sobre o que

---

<sup>11</sup> Cf. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “Raízes da imaginação política brasileira”, *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 7, 1970, p. 146-147.

<sup>12</sup> Ver: Francisco Iglésias. “A pesquisa histórica no Brasil”. *Revista de História*, vol. 43, n. 88, out-dez, 1971, pp. 373-415.

chama de história da cultura<sup>13</sup> no Brasil. A princípio, a autora identifica uma primeira fase, que define como a dos “ensaios formativos”, entre 1907 e 1936, inaugurada pelos *Capítulos de História Colonial*, de Capistrano de Abreu; nela, Mello e Souza inclui, entre outros, *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (1933) e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936). Em seguida, uma segunda fase seria a de “delimitação do objeto história da cultura”, de 1945 a 1959, entre o livro clássico de Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira* (1943) e o *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido (1959). Mas é na vasta obra de Sérgio Buarque de Holanda que a autora se foca, começando por *Monções* (1945), passando por *Caminhos e Fronteiras* (1957) e terminando com *Visão do Paraíso* (1959).

Na terceira fase, a autora caracteriza uma espécie de “transição entre a história da cultura e a história das mentalidades”, delimitada entre 1967 e 1986. É uma fase descrita de maneira mais dispersa, realçando alguns autores ou livros que teriam dado os primeiros passos no rumo da história das mentalidades, tomada como meta desta história cultural em nossa historiografia. Nessa fase, aparecem alguns textos de Maria Beatriz Nizza da Silva, publicados na década de 1970. Por fim, a fase seguinte é sobre a historiografia contemporânea dedicada ao período colonial – a historiografia da década de 1990. Pela simples periodização pode-se perceber que foi esse tipo de história no Brasil que se consolidou, segundo Laura de Mello e Souza, enquanto história das mentalidades.

Neste estudo de textos que são substanciais à história da historiografia brasileira, é possível interpretar quais são as referências utilizadas – repetidas vezes – para o estabelecimento de marcos de um progresso histórico de consolidação do saber histórico como uma historiografia, e isso direciona novas gerações a continuar utilizando esses mesmos autores que são produtos de uma ação de um mesmo sujeito/agente. Promove-se, então, ecos da não presença das historiadoras nesse arrolamento, não significando, no entanto, que a presença numérica não existiu; pelo contrário, asseguro que elas se graduaram, foram mestras e doutoras. Conforme levantamento recente, entre os acadêmicos que se formaram em 1970 em mestrados e doutorados, menos de 20% eram mulheres<sup>14</sup>. Mesmo com a dificuldade de distinguir a

---

<sup>13</sup> O que é chamado de História da Cultura no Brasil pode confundir-se com outras áreas, pois os limites ainda eram verdadeiramente frágeis.

<sup>14</sup> A partir de dados divulgados em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/05/23/Qual-o-g%C3%AAnero-e-a-idade-de-mestres-e-doutores-no-Brasil> Acesso em: jul. de 2018.

produção propriamente historiográfica, uma vez que aqueles que se dedicavam à escrita da história também escreviam sobre outros assuntos.

Ainda assim, na perspectiva das estruturas universitárias em formação entre os anos da década de 1970, era possível atestar alguns sintomas de subordinação na produção intelectual. As mulheres ocupavam uma posição periférica frente às obras de autoria masculina, como veremos no próximo capítulo. O que isso pode refletir? Um pressuposto de que a produção intelectual de historiadoras aparentemente ocupava um lugar menor? Mesmo com seus surpreendentes números de entrada nas universidades, como questionar relações de privilégio e de poder que, a rigor, não foram identificadas ou elaboradas a partir de suas especificidades?

Posso citar aqui alguns pesquisadores e pesquisadoras que contribuíram para a consolidação da história da historiografia e seus objetos de estudos, como a Profa. Dra. Raquel Glezer, que defendeu tese sobre a obra de José Honório Rodrigues em 1977 na USP, a Profa. Dra. Lúcia Maria Paschoal Guimarães, que tem extensa pesquisa sobre o IHGB e defendeu tese em 1994 na USP, o Prof. Dr. Temístocles Cezar, que percorre a análise da obra de Varnhagen com tese defendida na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, a Profa. Dra. Maria da Glória de Oliveira com tese defendida na UFRJ e a Profa. Dra. Rebeca Gontijo na UFF, que refletem sobre Capistrano de Abreu, o Prof. Dr. Rodrigo Turin, que tem dissertação sobre Silvio Romero defendida na UFRGS, o Prof. Dr. Fernando Nicolazzi, que dissertou sobre Gilberto Freyre na UFRGS, o Prof. Dr. André de Lemos Freixo que defendeu tese de doutorado sobre José Honório Rodrigues em 2012 na UFRJ e muitos outros que produziram trabalhos sobre cânones da historiografia brasileira, conforme analisaremos adiante.

Existem alguns conjuntos de textos da história da historiografia que são reconhecidos com destaque pelos pesquisadores da área, que têm como objetivo compilar textos e cujo foco de análise evidencia a premissa de que os objetos de estudo usados como referências são compostos pelos mesmos cânones inúmeras vezes. Para ilustrar melhor para o leitor, vejamos alguns exemplos. Publicado em 1974, pela editora da Universidade de São Paulo, o livro *Introdução ao estudo da História do Brasil*, de Américo Jacobina Lacombe, que foi diretor da Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, analisa um pouco da elaboração da história do Brasil por meio de alguns cronistas, do IHGB, dos congressos de história, dos colóquios luso-brasileiros, do ANPUH e do ensino de história em nível médio e universitário. O capítulo sete, na página 160, intitulado *Historiografia brasileira*, tem como subtítulo “Os grandes nomes de nossa história”, com uma parte se dedicando a crônicas coloniais e a seguinte chamada “Os

grandes historiadores”, na qual aparecem os seguintes nomes: Francisco Adolfo Varnhagen, Capistrano de Abreu, senador Cândido Mendes de Almeida, e outras contribuições regionais de Baena, Accioli, Pizarro, Lisboa, São Leopoldo e Fernandes Gama.

Já a obra *Iniciação aos Estudos Históricos* de Jean Glénisson, historiador francês e professor de historiografia na Universidade de São Paulo, publicada em 1977 pela Editora Difel com a colaboração de Pedro Moacyr Campos e Emília Viotti da Costa, traz algumas nuances que precisam ser destacadas. Além de trazer no apêndice, a partir da página 250, um esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX através de uma possível renovação dos estudos da História no Brasil, “(...) abrangendo a campanha pela fundação das universidades no país”, o autor evidencia alguns nomes. Citam-se Robert Southey e sua importância para a história do Brasil e estabelece-se uma análise do IHGB, trazendo nomes como Meneses Vasconcelos de Drummond e, novamente, Francisco Adolfo de Varnhagen, Paulo Prado, Alfredo Ellis Jr., Afonso de Taunay. Observa-se a menção de quatro nomes de pesquisadoras, como Alice P. Canabrava, Olga Pantaleão, Myriam Ellis e Nícia V. Luz, que, mesmo sendo restringidas a apenas um parágrafo, aparecem na obra do pesquisador francês.

No livro *Ideologia da Cultura Brasileira* (1933-1974), publicado em 1978 em São Paulo pela Editora Ática, o autor Carlos Guilherme Mota, professor da Universidade de São Paulo, acentua logo na introdução, ao tematizar os marcos da historiografia geral do Brasil, que pretende “...indicar os momentos decisivos do processo de conhecimento histórico no Brasil...” (MOTA, 1978, p.22). Assim, são citados alguns intelectuais como Roberto Schwarz, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr, José Honório Rodrigues e Sérgio Buarque de Holanda, numa seção intitulada *Marcos na historiografia geral do Brasil*. Analisando os capítulos seguintes, mais alguns nomes surgem não só como objetos de estudo, mas também como autores de capítulos— como Fernando de Azevedo, Mário de Andrade Edgar Mata-Machado, Paulo Emílio, Antonio Candido, Mário Schenberg, Hélio Jaguaribe, Raymundo Faoro e Florestan Fernandes.

Nilo Odália, que foi professor titular de Filosofia da História na Unesp, publicou em 1979 pela Editora Ática uma obra sobre Varnhagen, na coleção *Grandes Cientistas*. Em suas palavras, é um volume dedicado ao pai fundador da historiografia brasileira: Francisco Adolfo Varnhagen. O que o autor propõe na introdução é uma chave de leitura para que, a partir dela, nos debruçemos, segundo ele, sobre esta figura exemplar da historiografia nacional, referência indispensável quando se quer pensar a definição de um projeto de história nacional como parte

da política do Estado Imperial brasileiro. O professor José Amaral Lapa, em seu livro *História e Historiografia Brasil pós 64*, publicado em 1985 pela Editora Paz e Terra, cita José Honório Rodrigues, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré. Além disso, Lapa faz observa es sobre os formatos que começaram a se constituir nos anos 1960/70, como a extin o do regime de cátedra em 1968<sup>15</sup> e a institucionaliza o dos departamentos.

Com a extin o do regime de cátedras e a institucionaliza o dos departamentos, esperava-se que a influência passasse a ser mais de obras e das ideias que elas conduzem, sem uma vincula o tão grande às pessoas. (...), entretanto, aquela mudança não se conteve num quadro otimista, pois o tr fico de influência, as manipula es pessoais e de grupos continuam infelizmente onerando o bom funcionamento da estrutura universitária, pois impedem a prevalência dos critérios científicos e o consenso impessoal. (LAPA, 1985, p. 37)

Lapa elabora reflexões importantes sobre a forma o do pensamento dentro das universidades, às quais voltaremos mais adiante. Carlos Fico e Ronald Polito, professores de metodologia da História do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, publicaram em 1994 o livro *A História no Brasil (1980-1989)*, com dois volumes explorando o perfil no qual a historiografia brasileira vinha se enquadrando até então e direcionam alguns aspectos que se destacaram nessa pesquisa. Notou-se o fato do predomínio das mulheres nos cursos de gradua o em História, e também que a p s-gradua o reproduz o comportamento da gradua o em quantidade numérica de graduadas com rela o a graduados. No entanto,   notável que acontece um comportamento oposto quando se trata do quadro de orientadores(as) “Dos 180 orientadores, 115 são homens (63,8%) e 61 são mulheres (33,8%) e 4 registros não puderam ser classificados (2,2%).” (FICO e POLITO, 1994, p.49).

Também no início dos anos 1970, ainda era bem pequena nos quadros de docentes a presença das mulheres; entre 1973 e 1985<sup>16</sup>, no programa de Pós-gradua o em História Social da Universidade de São Paulo, apenas 9 dos 28 docentes eram mulheres. No programa de P s-

---

<sup>15</sup> O anteprojeto de lei produzido, que se transformou na Lei n.5540 de 1968, conhecido como Parecer Sucupira, materializou os pontos centrais da reforma: introduziu a estrutura departamental e extinguiu a cátedra; modificou o regime de trabalho dos professores com a introdu o da dedica o exclusiva e definiu as fun es de ensino e pesquisa como indissolúveis no ensino superior. (BRASIL, 1983)

<sup>16</sup> Cf. CORRÊA, C. H. Catálogo de disserta es e teses dos cursos de p s-gradua o em História: 1973-1985. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre 1980 a 1996<sup>17</sup>, foram 155 teses e dissertações defendidas— 92 de mulheres, 60 de homens e 3 não identificadas. Já os(as) orientadores(as) são 29 no total, sendo 14 mulheres, 14 homens e um não identificado, o que já demonstra alguma mudança quantitativa com relação ao quadro de docentes de 10 anos anteriores.

Neste sentido, os autores exploraram, além de trabalhos defendidos, também a publicação de artigos, resenhas e entrevistas. Os números que os autores trazem no livro são determinantes para a construção do questionamento proposto; com relação à autoria de artigos, dos 900 artigos computados, 479 foram escritos por homens e 353 por mulheres (69 não permitem classificação). Agora, considerando os autores dos livros, o predomínio masculino é ainda mais acentuado do que aquele verificado nos artigos publicados: o contingente feminino representa apenas 15,4%. Assim, a participação de mulheres é muito reduzida, como se vê, e diminui mais quando considerados os livros reeditados— apenas 12,9% do total, enquanto para os homens este número atinge 80,2%. O comportamento de gênero da amostra de livros é bem claro, sendo, na realidade, diametralmente oposto àquele verificado nas teses e dissertações do período. Também no caso das resenhas verifica-se o predomínio do gênero masculino: 60% dos autores das resenhas são homens e 36% são mulheres (os restantes possuem nomes que não possibilitam a identificação), enquanto os autores de livros resenhados têm uma relação de 72,2% para homens, 16,1% para mulheres e 11,6 cuja classificação é inviável. Nota-se, portanto, que é um dos itens em que o predomínio masculino é bastante acentuado.

Os autores também realizam um levantamento dos nomes mais procurados para entrevistas no período, que foram Jacob Gorender, Carlos Guilherme Mota, Francisco Iglésias e Sérgio Buarque de Holanda. Assim, é surpreendente que o predomínio feminino nos cursos de pós-graduação corresponda a uma presença masculina majoritária nos campos editoriais e de ensino. Se tão grande contingente feminino não se encaminha para o ensino ou para a pesquisa, provavelmente se dirige para o ensino de 1º e 2º graus. Persiste ainda, portanto, a equivocada e elitista concepção de que tais níveis de ensino são a esfera menos nobre do trabalho do(a) historiador(a).

Fico e Polito, ao trazer esses números, questionam se estes indicariam um traço machista da comunidade acadêmica e do mercado editorial. O destaque que estes números têm,

---

<sup>17</sup> Cf. FALCI, M. B. K. Catálogo de dissertações e teses do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro: 1980-1996. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

acompanhados pela reflexão final dos autores, corrobora a tese de que as mulheres entravam na universidade como estudantes da graduação e se mantinham como maioria até a pós-graduação, porém os outros patamares da carreira universitária eram mais difíceis de alcançar e, ainda que alcançados, não eram sinônimo de representatividade. Esse traço excludente se insere dentro dos horizontes de uma sociedade patriarcal, em que as mulheres eram vistas como incapazes para o trabalho intelectual, mesmo que forçosamente estivessem mais do que inseridas no fazer histórico.

No livro *Historiografia Luso-brasileira contemporânea*, publicado em 1999 por Arruda e Tengarrinha, destacam-se obras consideradas importantes para a produção historiográfica no Brasil, entendida como uma reflexão sobre obras históricas. Entre esses destaques estão José Honório e sua *Teoria da História do Brasil*, Nelson Werneck Sodré e *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, Pedro Moacyr de Campos com o *Esboço de Historiografia Brasileira nos séculos XIX e XX*, José Roberto Amaral Lapa em *Historiografia brasileira contemporânea*, o artigo de Francisco Iglésias *A pesquisa histórica no Brasil*, Vitorino Magalhães Godinho e seu *Em torno da História e da situação no Brasil* e a obra de Carlos Fico e Ronald Polito, *A história no Brasil (1980 – 1989)*. Citam-se também, de forma excepcional, Alice Piffer Canabrava e seu *Roteiro sucinto do desenvolvimento da Historiografia Brasileira*, os estudos de Emília Viotti Costa sobre José Bonifácio<sup>18</sup> e os de Maria Odila Dias sobre Robert Southey<sup>19</sup>.

O jornalista Lourenço Dantas Mota organizou o *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*<sup>20</sup>. A segunda edição, publicada em 1999 pela Editora Senac São Paulo, tem dezenove autores citados; entre eles Padre Antônio Vieira, André João Antonil, José Bonifácio, Visconde de Mauá, Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Vítor Nunes Leal, Oliveira Viana, Celso Furtado, Raymundo Faoro, Antônio Candido, José Honório Rodrigues e Florestan Fernandes.

*Historiadores do Brasil*, livro de Francisco Iglésias, professor da Universidade Federal de Minas Gerais, reafirma a “formação” da historiografia brasileira como não necessariamente

---

<sup>18</sup> Cf. COSTA, E. V. da. José Bonifácio: mito e história. In: \_\_\_\_\_. Da monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Grijalbo, 1977, p.96-98.

<sup>19</sup> Cf. DIAS, M.O. da S. 1974. O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil (um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre). São Paulo, Companhia Editora Nacional.

<sup>20</sup> O texto é uma antologia de “intérpretes do Brasil”, não um livro de história da historiografia, serve ao propósito de evidenciar a continuidade do machismo e do sexismo na história intelectual.

linear. Precisariamos entender o contexto em que viviam os historiadores e os seus interesses para melhor absorver a elaboração da historiografia. Na estrutura do sumário da obra, aparecem Von Martius e Varnhagen, e ao longo da obra surgem também Joaquim Norberto de Sousa, José Veríssimo, Otávio Tarquínio, Wilson Martins, Ronald de Carvalho, Alberto Torres, Astrogildo Pereira, Álvaro Vieira, Maurício de Albuquerque e Hélio Jaguaribe, entre outros já citados anteriormente.

A Revista *Ágora*, da Universidade de Santa Cruz do Sul (RS), publicou em 2005 um dossiê com nove textos intitulado *Historiografia e escrita da história*, cujos ensaios analisam a historiografia brasileira como campo de pesquisa e a escrita histórica como objeto de estudo, focando em autores como Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre. Destes vinte textos, considerando o dossiê, os artigos livres e resenhas, quinze foram escritos por homens e quatro por mulheres<sup>21</sup>.

Neste dossiê, o artigo do professor Manoel Salgado Guimarães abre intenso debate sobre a função da historiografia. Ele analisa da seguinte forma:

Nossa própria disciplina tem a sua história, fruto de embates e tensões, disputas por memórias, uma memória disciplinar que uma vez instituída tende a canonizar autores e obras constituindo o panteão dos nossos clássicos. Interrogá-lo é a tarefa da historiografia. (GUIMARÃES, 1995, p.32).

O professor Manoel Salgado Guimarães, reconhecido como grande referência dos estudos historiográficos no Brasil, organizou livro no qual reúne trabalhos de historiadores cujas pesquisas foram originalmente apresentadas no *Encontro de Historiografia e História Política*, promovido em outubro de 2005 pelo Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ e publicado pela editora 7Letras. Os trabalhos reunidos discorrem principalmente sobre Varnhagen, Capistrano de Abreu e Gilberto Freyre. Em 2010, Guimarães publicou outra obra pela editora da UERJ, *Livro de fontes de historiografia brasileira*, que apresenta documentação num projeto de escrita da história que se encaixa em um programa acadêmico de demandas políticas, numa tarefa de reconstruir o passado do Brasil. Nele estão presentes Januário da Cunha Barbosa, Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, Karl Friederich Phillippe Von

---

<sup>21</sup> Para não gerar dúvidas, pois somando os números apresentados dá dezenove, um mesmo autor escreve duas vezes textos diferentes nesta edição da revista.

Martius, Henrique Julio de Wallenstein, Raimundo José da Cunha Matos, Henrique de Beaufort-Rohan, João Capistrano de Abreu e Tristão de Alencar Araripe.

No livro *Contribuições à história da historiografia luso-brasileira*, publicado em 2014 pela Editora Hucitec, os organizadores Ana Rosa Cloquet da Silva, Fernando Nicolazzi e Mateus Pereira realizaram compilados de textos com análise desde o séc. XVIII até a República. A parte IV tem como subtítulo “Do Modernismo à Universidade: a República e seus cânones” e contém cinco textos, de autorias diferentes, sobre Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, José Honório Rodrigues, Caio Prado Júnior, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana e Raimundo Magalhães. Já o livro organizado pelo professor Fernando Nicolazzi da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, *História e historiadores no Brasil*, publicado em 2015 pela Ed. PUC-RS, apresenta desde o índice uma lista de nomes como: Capistrano de Abreu, Varnhagen, Sílvio Romero, Pedro Lessa, José da Rocha Pombo, Euclides da Cunha, Manuel de Oliveira Lima, João Ribeiro, José de Oliveira Viana, Alcides Bezerra, Manoel Bomfim e Afonso Taunay.

Os historiadores Luiz Bernardo Pericás e Lincoln Secco organizaram uma coletânea intitulada *Intérpretes do Brasil – clássicos, rebeldes e renegados*<sup>22</sup>, publicado em 2014, pela Editora Boitempo, com 25 nomes: Octávio Brandão Heitor Ferreira Lima, Astrogildo Pereira, Leôncio Basbaum, Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel, Rui Facó, Everardo Dias, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Câmara Cascudo, José Honório Rodrigues, Caio Prado Júnior, Edgard Carone, Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, Jacob Gorender, Antônio Candido, Celso Furtado, Rômulo Almeida, Darcy Ribeiro, Mário Pedrosa, Maurício Tragtenberg, Paulo Freire e Milton Santos. Na apresentação, os organizadores afirmam que “Esta coletânea incorpora os renegados, normalmente esquecidos como pensadores do Brasil” (PÉRICAS e SECCO, 2014, p. 10), porém destes vinte e cinco intérpretes — todos homens — estudados, apenas quatro textos possuem autoria ou coautoria de mulheres, revelando que os renegados e esquecidos mencionados pelos organizadores se tratam somente de homens.

O livro *Os Historiadores brasileiros – clássicos da história do Brasil*, organizado pelos professores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Maurício Parada e Henrique Estrada Rodrigues, publicado em 2018 pela Editora da PUC-Rio e Editora Vozes, é o volume

---

<sup>22</sup> Também não é um livro de história da historiografia; serve ao propósito de evidenciar a continuidade do machismo e do sexismo na história intelectual.

quatro<sup>23</sup> de outras coletâneas que escrevem sobre os historiadores clássicos. Nesta edição, conta, em seu sumário, com os seguintes objetos de estudo: Francisco Adolfo Varnhagen, João Francisco Lisboa, Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna, Oliveira Lima, Manuel Bonfim, Afonso Taunay, Luís da Câmara Cascudo, Octávio Tarquínio de Sousa, Gilberto Freyre, Serafim Leite, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr, Nelson Werneck Sodré e José Honório Rodrigues. Estes ensaios foram escritos, respectivamente, pelos pesquisadores de historiografia brasileira Lúcia Guimarães, Rodrigo Turin, Ricardo Sales, Rebeca Gontijo, Maria Stella Bresciani, Teresa Malatian, Maria Emília Prado, Karina Anhezini, Luiza Laranjeira, Márcia Gonçalves, Daniel Pinha, Eunícia Barros Fernandes, Thiago Nicodemo, Lidiane Soares Rodrigues, Ana Paula Goulart, Maurício Parada e André de Lemos Freixo.

Outro livro recém-publicado, em 2018, pela editora FGV, dos professores Mateus Pereira (UFOP), Thiago Nicodemo (UNICAMP) e Pedro Afonso (UNILA), e intitulado *Uma introdução da história da historiografia brasileira*, conta com uma análise do campo de pesquisa e do desencadeamento da trajetória da história da historiografia. O livro aponta traços específicos da história da historiografia no Brasil, que ainda não haviam sido delineados dessa forma, e é de grande contribuição para a clareza a respeito do que trata a disciplina; “(...) pensamos, especificamente, em um desenvolvimento da história como disciplina que, em dado momento, manifesta a necessidade de ‘incorporar’ e ‘refletir’ sobre o legado de gerações anteriores em sua prática no presente” (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018, p.29). A obra também colabora com o fortalecimento do corpus de pesquisadores(as) que fazem parte do estabelecimento de uma rede que contribui para a difusão e produção de conhecimento e institucionalização da área, colaborando de forma ímpar com as próximas gerações de pesquisadores(as).

Sobre os discursos em torno da profissionalização, elucidada no capítulo três, considera-se principalmente a posição de Sérgio Buarque de Holanda nesse momento a partir do artigo de 1951 *O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos*, publicado no Correio da Manhã, em que a profissionalização começa a ser desenhada pelo interesse da disciplina. As menções de Sérgio Buarque de Holanda partem de Capistrano de Abreu, consolidando o lugar como mencionado no livro *Founding fathers*. “Isso porque é a Capistrano que Sérgio Buarque remete

---

<sup>23</sup> A coleção é dividida em quatro volumes, que buscam dar conta da vida e obra dos grandes historiadores desde a Antiguidade Clássica até a contemporaneidade.

o desenvolvimento da historiografia brasileira no meio século analisado, logo nos primeiros parágrafos do artigo” (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA p.77). A grande importância atribuída a Capistrano de Abreu, no texto de Sérgio Buarque de Holanda encontra-se explicitada nas palavras dos autores:

Ambos os textos apresentam, mais do que avaliações específicas, considerações gerais sobre o fazer história e as características que deve possuir um historiador, que cremos poder ser pensadas a partir de certas mudanças na forma de se vivenciar o tempo e conceber a história. (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA p.87)

Até aqui, trouxemos ao leitor um conjunto de contribuições importantes que acabam por reafirmar a repetição de nomes, fortalecendo a compreensão ao redor da figura dos clássicos ou cânones como referência para os trabalhos considerados importantes no estudo da história da historiografia brasileira. Esses textos fazem parte da produção da história da historiografia brasileira como um discurso no qual podemos destacar a invisibilidade da produção intelectual feminina, já que, como objeto de pesquisa, é bastante custoso encontrá-las; mesmo que exista a escrita de autoria feminina, tais mulheres escrevem artigos na esteira do cânone tradicional. A presença das mulheres nas universidades não era pequena, mas, ainda assim, existiam dificuldades para elas na carreira acadêmica. Vejamos, por exemplo, o que o professor Amaral Lapa expôs no livro *Historiografia Brasileira Contemporânea*, publicado em 1981 pela Editora Vozes no Rio de Janeiro, sobre a entrada e saída de mulheres da Universidade. Segundo o autor, em se tratando dos anos 80, entende-se que as oportunidades de trabalho na formação de História não eram fáceis, ainda mais para mulheres. Apesar disso, ele adiciona uma reflexão sobre o ônus desta formação para o Estado:

Antes, o predomínio flagrante do elemento feminino na clientela dos cursos de História, no que aliás se acompanha a realidade das próprias faculdades de Filosofia, pode significar -não dizemos que signifique sempre- uma grande perda de elementos que, muitas vezes, pelos motivos mais diversos, incluindo a falta de estímulo e oportunidade de trabalho, simplesmente vão usar, se usarem, os seus conhecimentos de História como ‘donas de casa’. Isto não é em si um mal, uma deixa de ser um grande bem, num país como o Brasil, na medida em que se verifica que essas moças não usarão o que aprenderam e o que incorporaram ao seu patrimônio cultural, nem atenderão às finalidades para as quais foram supostamente preparadas. Traduzido em cifras a formação (bacharel e licenciatura) de cada uma dessas moças significa enorme ônus para o Estado e para a comunidade num investimento praticamente improdutivo. (LAPA, 1981, p.206)

O autor afirma, assim, que caso mulheres entrassem nas universidades, não utilizariam o conhecimento adquirido, pois se tornariam donas de casa. Por um lado, o que Lapa diz se confirma, já que as mulheres, mesmo indo para a universidade e se formando, poderiam se tornar donas de casa, tamanha era a falta de empregos que poderiam ser assumidos por elas. Por outro lado, as oportunidades dentro da própria universidade não eram muito grandes, o que tornava difícil o prosseguimento da carreira. Mesmo assim, o autor demonstra claramente um ponto de vista seu, e talvez compartilhado por outros, sobre a entrada das mulheres na universidade ser um desperdício. Vale dizer que o autor expõe uma condição do momento; isto é, que mesmo quando as mulheres estavam presentes, o contexto não oferecia espaço para galgarem posições.

## 1.2 – A divulgação de pesquisas nas revistas científicas

Os periódicos propõem a circulação e publicização dos trabalhos entre os profissionais da área. No campo das publicações acadêmicas, uma revista científica é uma publicação destinada a promover o progresso da ciência, geralmente noticiando novas pesquisas. Na medida em que se pretende discutir a importância das revistas para uma história dos intelectuais e das ideias, a própria história da historiografia é construída e estabelecida em seu espaço por intermédio das contribuições dadas. Assim, realizar um mapeamento das alternativas que viabilizam e difundem a produção historiográfica de um meio social e intelectual é de grande relevância no cenário da disciplina.

A revista acadêmica *História da Historiografia*<sup>24</sup> possui atualmente um Qualis A1<sup>25</sup>, e tem como um de seus principais fundamentos a interinstitucionalidade, já que, mesmo com a presença de pesquisadores internacionais, até então a *História da Historiografia* nunca contou com colaboradores no conselho executivo do Norte ou Nordeste do país. Em artigo na revista mencionada, a professora Flávia Varella, da UFSC, realizou um levantamento de importantes informações dessa primeira década de publicação da revista. Alguns desses dados merecem ser

---

<sup>24</sup> Que no ano de 2018 completou dez anos.

<sup>25</sup> Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaG](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf)  
eralPeriodicos.jsf> Acesso: em 5 de abril de 2019;

reproduzidos aqui, exatamente por reforçar a hipótese já presente na apresentação dos livros anteriormente citados.

Sobre o Conselho Executivo, Varella (2018) salienta que, dos 14 pesquisadores e pesquisadoras que ocuparam o posto de editoria executiva, 12 são homens e 2 são mulheres. Apesar de a autora afirmar que esse desequilíbrio não é um traço do campo, o que é observado é que os sócios e sócias da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia<sup>26</sup> que estariam aptos a assumir a editoria – professores universitários – são 62% do sexo masculino e 38% do sexo feminino. Frente a esses dados, a dúvida permanece: por que no conselho executivo a disparidade é tão grande? Tal disparidade evoca alguns dados relacionados à entrada de mulheres no ensino superior— quantas realmente chegam aos níveis mais altos da carreira? (VARELLA, 2018, p.229)

Ainda sobre os números da HH, Varella apresentou que, no conjunto de todos os autores que publicaram na revista, 208 são homens (68%) e 100 são mulheres (32%), sendo o número de autores mais que o dobro do que o de autoras—isso ainda sem levar em consideração os objetos de estudos desses artigos. Dos objetos estudados nos artigos que aparecem no título ou no resumo, somam-se 195, sendo 186 autores do sexo masculino (95%) e nove do sexo feminino (5%). Desses 186 autores, destacam-se Francisco Adolfo Varnhagen com 7 artigos e Hayden White com seis artigos. Nenhuma mulher se encontra entre aqueles que obtiveram três ou mais estudos.

Nota-se que não obstante a importância, desde a década de 1980, dos estudos de gênero na reavaliação das práticas históricas e historiográficas, não houve impacto significativo dessas questões nas pesquisas publicadas na revista. As únicas nove mulheres que tiveram suas obras analisadas foram: Alice Piffer Canabrava, Cecília Westphalen, Dorothea Lange, Hannah Arendt, Laura de Mello e Souza, Maria Fátima Bonifácio, Maria Yedda Linhares, Teresa Piossek Prebisch e Wlamyra R. Albuquerque. (VARELLA, 2018, p.253)

Diante destes dados, a reflexão acerca da invisibilidade das produções não só de autoria feminina, como também dos objetos de pesquisa, é surpreendente, já que tal invisibilidade se dá mesmo com altos números de graduandas, pós-graduandas e professoras publicando na HH. Cabe o questionamento: quais são os motivos para que elas fiquem engessadas nesse patamar?

---

<sup>26</sup> A Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia e sua fundação se faz muito importante para compreender melhor as bases que o campo da história da historiografia se estabeleceu. Mais à frente iremos analisar esse processo.

Como conseguir extrair, de camadas tão subjetivas, as razões que configuram tais dados? Quantos obstáculos são necessários ultrapassar e de qual natureza?

Além da contribuição da professora Flávia Varella, com os dados desse artigo, é possível explorar mais detalhes sobre a revista através do seu portal, no qual constam todas as edições desde 2008. Com um total de 28 edições até 2018 (momento em que os levantamentos para esta pesquisa se encerraram), e apesar das inovações editoriais, totalizam-se 14 entrevistas publicadas na revista. Destas, apenas duas entrevistadas são mulheres: a Profa. Dra. Lúcia Guimarães,<sup>27</sup> da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e a diretora de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS Paris), Sabina Loriga<sup>28</sup>. A publicação de uma entrevista e a sua realização em si são formas de reconhecimento da contribuição do pesquisador para a área. Assim, nas doze entrevistas com homens, podemos identificar alguns aspectos latentes no campo da história da historiografia no Brasil. Reproduzo aqui parte do foco e escopo da revista, disponível no site, que pode contribuir para tais questões:

Afinal, da mesma maneira que criticaríamos uma formação musical que desprezasse Bach e Villa-Lobos, ou o escritor que desconhecesse Machado de Assis e Cervantes, os historiadores procuram cada vez mais perceber a importância da leitura aberta dos clássicos, além de compreender as transformações sofridas por seu ofício. Não se fará aqui uma história canônica. *[será?]* Os trabalhos que o leitor encontrará são tentativas de lembrar e elaborar as diferentes motivações que levaram os seres humanos a pensar e representar suas vidas historicamente. A História da Historiografia aqui debatida ultrapassa – embora não exclua – o debate historiográfico indispensável na discussão especializada e nos projetos de pesquisa; ela procurará, destarte, explorar a riqueza desse campo de pesquisa particular sem isolá-lo do conjunto maior do qual faz parte.<sup>29</sup>

Outro importante periódico eletrônico é a Revista de Teoria da História (RTH). Criada em 2009, a RTH é uma publicação oficial vinculada à Faculdade de História e ao Programa de Pós-Graduação em História da UFG, e também é associada à Sociedade Brasileira de Teoria da

---

<sup>27</sup> No volume 2, número 3 do ano de 2009 da revista História da Historiografia com o Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araujo.

<sup>28</sup> No volume 5, número 9 do ano de 2012 no dossiê “Dossiê “História e biografia: aproximações, desafios e implicações teóricas no campo historiográfico”, realizada com os professores Adriana Barreto de Souza e Fábio Henrique Lopes.

<sup>29</sup> (Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/about/editorialPolicies#focusAndScope>> Acessado em: 3 de março de 2019)

História e História da Historiografia (SBTHH) e possui atualmente Qualis B2<sup>30</sup>. Entre suas áreas de publicação estão não somente a teoria da história e filosofia da história, mas também escrita da história, história da historiografia, metodologia da história, história intelectual e outras áreas afins. Atualmente,<sup>31</sup> a equipe editorial da RTH<sup>32</sup> é composta por dois editores executivos; 27 professores participam do conselho editorial, sendo quatro mulheres, e 25 do conselho consultivo, sendo três mulheres.

Algumas informações sobre a equipe editorial desde a fundação da revista não constam no site; por isso, entrei em contato com Sabrina Costa Braga<sup>33</sup>, e me foi informado que a RTH, quando fundada em 2009 pelo professor Luiz Sérgio Duarte e alguns discentes, tinha o intuito de ser uma revista voltada para o público de estudantes, mas ao longo do tempo foi se modificando e atualmente é uma revista docente. Assim, os seis primeiros volumes não possuem nenhuma informação sobre a equipe editorial. Essas informações aparecem a partir do dossiê *Historiografia em perspectiva: histórias, projetos e saberes*<sup>34</sup>, segundo o qual, entre as cinco pessoas do conselho editorial, cinco da diretoria, 23 do conselho ad hoc e nove do conselho consultivo, totalizando 42 pessoas envolvidas na revista, apenas duas eram do sexo feminino— o que evidencia o privilégio de gênero em posições de poder e prestígio. Braga explicou que, apesar de não existirem dados anteriores à edição mencionada, a equipe editorial era basicamente constituída pelas mesmas pessoas. Em 2015<sup>35</sup> a revista começa a transição para revista docente, e a partir do dossiê *Walter Benjamin e a teoria da história*<sup>36</sup> os discentes só compõem o corpo editorial na secretaria.

Nestes dez anos, completados em 2019, a revista publicou vinte volumes, com a periodicidade de dois volumes por ano, somando 203 artigos. Através do site, foi possível traçar, ainda que superficialmente, o perfil da revista, desde a primeira edição em 2009 até o

---

<sup>30</sup> em 2013 pelo portal Webqualis;

<sup>31</sup> Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/teoria/about/editorialTeam>> Acesso em 7 de março de 2019.

<sup>32</sup> Gestão 2018-2020.

<sup>33</sup> Secretária da RTH e doutoranda do PPGH – UFG;

<sup>34</sup> Volume 7, n. 1 - ano de 2012;

<sup>35</sup> Volume 14, n. 2 – ano de 2015;

<sup>36</sup> Volume 15, n. 1 – ano 2016;

segundo número de 2018. Chegamos, assim, em um conjunto de 223 autores<sup>37</sup>, sendo 70 do sexo feminino (31,4%), 149 (66,9%) do sexo masculino e cinco (2,3%) não identificados. O número de autores é mais que o dobro do de autoras de artigos, o que é sintoma da longa tradição brasileira de baixa representatividade feminina nos periódicos; mesmo sem saber com certeza se houve uma discriminação efetiva em relação ao gênero, é possível concluir, através dos números, que há diferença de autoria e objeto de pesquisa de mulheres.

Já com relação às 21 entrevistas publicadas na RTH nesses dez anos, constam 18 com professores e apenas três com professoras. Devido ao número tão inferior, considero importante mencioná-las, justamente até pela clara ausência de professoras brasileiras. São elas: a historiadora italiana Silvia Caianiello, a filósofa portuguesa Maria Filomena Molder e a poetisa, também portuguesa, Maria João Cantinho.

Gráfico 1 – Autores mais estudados na RTH



Fonte: Revista de Teoria da História (2019)

No conteúdo dos artigos, os autores que aparecem no título somam aproximadamente 90, sendo 88 do sexo masculino (97%) e 2 do sexo feminino (3%). As únicas mulheres que tiveram suas obras estudadas foram Alice Canabrava e Hannah Arendt, com apenas um trabalho sobre cada uma. No Gráfico 1, acima, podemos visualizar os autores que mais aparecem nos artigos publicados na RTH.

Outro periódico relevante para o campo é a revista Expedições: Teoria da História e Historiografia, vinculada à UEG, que também foi analisada em seus nove anos de existência, desde seu início em 2010. Durante boa parte desse tempo, a revista publicou dois números por ano, com exceção da publicação de três números em 2017 e quatro em 2018. Totalizam-se, aí,

---

<sup>37</sup> Optou-se por não excluir da contagem a segunda, terceira ou quarta aparição do mesmo autor.

227 artigos<sup>38</sup>, sendo 176 destes de autores do sexo masculino (77,5%), 86 do sexo feminino (37%) e 12 que não puderam ser identificados (0,5%)<sup>39</sup>. Outro número importante a ser apresentado é que, dos 47 autores citados nos artigos, apenas uma é mulher— a filósofa alemã Hannah Arendt, conforme gráfico 2.

Gráfico 2 – Autores mais estudados na revista Expedições.



Fonte: Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia (2019)

A análise destes periódicos empenha-se em traçar um percurso do que está sendo feito com a finalidade de difundir as pesquisas nos diversos campos, como Teoria da História e História da Historiografia no Brasil. Logo, observando as temáticas destas três revistas referenciadas, nos deparamos com um hiato de pesquisadoras na produção de conhecimento científico, tanto na minoria de autoras como também na de objeto de pesquisas, que se demonstrou ser mais improvável ainda. A partir disto, se mantém a linha de pensamento que delineamos nos outros níveis de formação da pesquisa acadêmica, sobretudo, na história da historiografia brasileira, em que a participação das mulheres ainda se encontra desnivelada com relação aos homens. Um aprofundamento no caso da Universidade de São Paulo poderá auxiliar nesta hipótese.

---

<sup>38</sup> Incluído neste número, artigos em dossiês e de autores convidados.

<sup>39</sup> A soma dos artigos de autoria feminina e masculina difere do valor total pois muitos artigos foram escritos por mais de um autor, e contabilizamos cada um separadamente.

### 1.3 – A expansão da Pós-Graduação em História e seus desdobramentos

O debate sobre a profissionalização da História é anterior às tentativas do regime militar de interferir nas universidades, como sugere André de Lemos Freixo (2012) ao descrever a atuação de José Honório,<sup>40</sup> que, na primeira edição do *Teoria da História do Brasil*<sup>41</sup>, lançado em 1949, escrevia, além do prefácio, dezoito capítulos que ofereceriam àqueles que desejassem escrever História um meio de aprender como fazê-lo profissionalmente. O ano de 1968 foi marcado por grandes manifestações estudantis, acirramento dos movimentos armados e, por outro lado, recrudescimento do Regime Militar, que culminou com a publicação do Ato Institucional número cinco<sup>42</sup>, um dos expedientes legais mais autoritários do período. A faceta modernizadora que o regime militar tentou criar através de um abrupto aumento de universidades no país ocultou diversos processos que foram suprimidos em nome de um desenvolvimento econômico. O governo começou a comprar espaço publicitário na grande imprensa para divulgar os novos investimentos no ensino superior, associando-os à “Campanha do Brasil Grande”. No material de divulgação mencionava-se a reforma universitária, o aumento de vagas para estudantes e melhores salários para professores. (MOTA, 2014, p.246). Aspecto importante a considerar é a prioridade conferida à pesquisa de tecnologias e ciências aplicáveis ao desenvolvimento econômico. O campo de ciências humanas e sociais era secundário, inclusive em decorrência de restrições políticas, bem como o das ciências ‘puras’, cujo conhecimento não teria utilização econômica imediata.

#### 1.3.1 – CAPES, CNPQ e a Universidade de São Paulo

O anteprojeto de lei que se transformou na Lei n.5540 de 1968, conhecido como Parecer Sucupira<sup>43</sup>, materializou os pontos centrais da reforma: introduziu a estrutura departamental e extinguiu a cátedra; adotou o sistema de crédito por disciplina e periodicidade semestral; dividiu

---

<sup>40</sup> Cf. FREIXO, André de Lemos. A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ, 2012.

<sup>41</sup> Publicado pelo Instituto Progresso Editorial S.A., de São Paulo;

<sup>42</sup> Cf. em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm) <acessado em 23/03/2019 às 12:04>.

<sup>43</sup> Cf. [https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer\\_CESU\\_977\\_1965.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf) em <acessado em 23/03/2019 às 12:06>.

o curso de graduação em duas partes, sendo um ciclo básico e um ciclo profissional; modificou o regime de trabalho dos professores com a introdução da dedicação exclusiva; estabeleceu que as instituições de ensino superior deveriam se organizar, preferencialmente, sob forma de universidade e definiu as funções de ensino e pesquisa como indissolúveis no ensino superior. (BRASIL, 1983). O legado provocado pelo AI-5 tinha, por um lado, uma vertente voltada à desmobilização política dos estudantes e, por outro, uma racionalização acadêmica, administrativa e tecnicista em sua estruturação. Cabe destacar que esta reforma acontece em um cenário marcado pelo controle político e ideológico da educação, pela escassez de recursos para educação pública, pela repressão a professores e estudantes que eram oposição ao regime e, também, pela subordinação direta da educação às decisões autoritárias do período.

Criada em julho de 1951, a Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual Capes) tem alguns dos seus objetivos em seu site<sup>44</sup>, como: "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país". A partir de 1966, a Capes ganha novas atribuições e meios orçamentários para multiplicar suas ações e intervir na qualificação do corpo docente das universidades brasileiras. Já o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, como consta no site,<sup>45</sup> se estabeleceu em 15 de janeiro de 1951. A lei de criação do Conselho estabelecia como suas finalidades promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, mediante a concessão de recursos para pesquisa, formação de pesquisadores e técnicos, cooperação com as universidades brasileiras e intercâmbio com instituições estrangeiras. Assim, o fomento dos cursos e a sua avaliação era responsabilidade da CAPES, enquanto o CNPq incentivava as carreiras e a produtividade dos pesquisadores.

Mesmo com a tentativa de desenvolvimento das universidades no Brasil, o eixo São Paulo e Rio de Janeiro se consolidou na área de História a partir do crescimento dos programas de pós-graduação em História Social e Econômica em História. Em São Paulo, a USP teve papel fundamental na formação de outros cursos de História, especialmente os das regiões Sul e Sudeste. A organização da pós-graduação na USP, com as atuais características, é recente, sendo parte da implantação da Reforma Universitária, sob a qual as novas normas para os cursos

---

<sup>44</sup> Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao> > Acesso em 2 de junho de 2018.

<sup>45</sup> Cf. <http://cnpq.br/a-criacao/> . Acessado em 2 de junho de 2018.

de pós-graduação foram regulamentadas. Assim, os registros confirmam que em 1939 ocorreu a defesa da primeira tese; no entanto, na verdade, os doutoramentos já aconteciam antes mesmo da USP ser criada, dentro de suas unidades. Isso porque algumas delas eram anteriores à criação da Universidade em 1934, funcionando como escolas superiores isoladas<sup>46</sup>.

Apenas em 1970<sup>47</sup> os programas aderiram ao sistema de avaliação nacional, organizado pela CAPES, e promoveu-se a criação oficial dos cursos de pós-graduação no Brasil. Condição indispensável para a implantação da pós-graduação, a pesquisa científica beneficiou-se enormemente da expansão dos programas de mestrado e doutorado. Como áreas indissolúveis, foi no âmbito dos programas de pós-graduação que se desenvolveu a maior parte da pesquisa científica em história na universidade. Convênios com os principais centros de pesquisa do mundo permitem o intercâmbio de professores e estudantes. Essa é uma forma de enriquecimento da formação de recursos humanos e consolidação dos grupos de pesquisa, como na FFLCH, que tinha um número considerável de mestres e doutores formados.<sup>48</sup>

A partir da consulta do catálogo de dissertações e teses 1942-1997 da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, publicado em 1998 pela Editora Xamã, buscamos enfatizar os dados dos programas de Pós-Graduação em História Social e em História Econômica, especificamente no doutorado, por ser uma etapa final de formação acadêmica com a realização de estudos e pesquisas mais avançadas. Considerando as teses defendidas a partir de 1971 até 1985 na pós-graduação em História Social, existe uma leve desproporção entre homens e mulheres; de um total de 125 teses, 61 foram defendidas por pesquisadores do sexo masculino (48%), 53 do sexo feminino (42%) e 11 por pessoas de sexo não identificado (10%). Entretanto, levando em consideração o gênero dos pesquisadores que orientaram estas teses, 79 são do sexo masculino (63%), 33 do sexo feminino (26%) e 13 não foram identificados (11%). Este contraste não se trata de uma particularidade, principalmente observando os números já apresentados até aqui. Já na pós-graduação em História Econômica, os números ficam bem parecidos tanto entre os alunos como entre os orientadores—no mesmo período citado, foram

---

<sup>46</sup> A vinda da corte portuguesa, em 1808, fugindo da invasão francesa, deu ensejo ao aparecimento de diversos cursos superiores nas terras brasileiras— até então um deserto de atividades culturais e científicas.

<sup>47</sup> Cf. portaria GR. No 885, de 23 de agosto de 1969, da Reitoria da USP, dispondo sobre o regime de Pós-Graduação na Universidade de São Paulo. São Paulo, 1970, 8p.

<sup>48</sup> Ativação da pós-graduação na FFLCH em História Econômica e História Social em 12 de abril de 1971; Cf. Construindo o futuro – 35 anos de Pós-graduação, org. Shozo Motoyama-São Paulo: Editora Parma Ltda., 2004.

defendidas 50 teses, 27 por mulheres (54%), 21 por homens (42%) e 2 por autores de gênero não identificado (4%). Entre os orientadores, são 27 do sexo feminino (54%), 22 do sexo masculino (44%) e 1 de gênero não identificado (2%), existindo até uma curva levemente favorável na representatividade feminina.

O livro *Memória FFCL/FFLCH USP* foi publicado em 2002 em comemoração aos 70 anos da FFLCH-USP, com o objetivo de informar o leitor sobre a parte significativa da documentação preservada no CAPH, ligado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. O inventário dos acervos apresenta o material disponível por professores— dos 32 professores que possuem pastas individuais, 9 são de professoras do sexo feminino e 23 são de professores do sexo masculino, entre eles Sérgio Buarque de Holanda, Eurípedes Simões de Paula e Fernando Novais. Já as nove professoras são: Profa. Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins e Profa. Marialice Mencarini Foracchi, do departamento de sociologia, Profa. Lylian Zulma Doris Coltrinari, do departamento de geografia, e do departamento de história Profa. Maria Odila Leite da Silva Dias, Profa. Janice Theodoro da Silva, Profa. Maria de Lourdes Monaco Janotti, Profa. Myriam Ellis e Profa. Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula.

Não se trata de destacar aqui o pioneirismo da pós-graduação em História Social e Econômica da USP, mas de identificar, a partir do estudo deste caso, o modo como as interpretações elaboradas pela própria instituição evidenciam aquilo que analiso aqui a respeito das pesquisadoras e da maneira como elas se posicionaram na universidade. Cerdeira (2001), em sua tese intitulada “O ensino superior e a mulher – Aspectos da presença feminina na Universidade de São Paulo nas décadas de 1930 a 1950”<sup>49</sup>, contribui com análise comparativa entre a FFLCH e outras unidades da USP, como a Escola Politécnica e a Faculdade de Medicina. Mesmo se tratando de um espaço ainda a ser ocupado por mulheres, existia a premissa sobre o magistério ser o lugar permitido às mulheres. Almejando sanar algumas destas dúvidas, busquei na USP algumas documentações que poderiam auxiliar nestes pontos colocados até este momento.

Através de consulta dos arquivos do serviço de pós-graduação da USP, tive a oportunidade de encontrar os programas das disciplinas ministradas na pós-graduação entre 1971 e 1987, somando um total de 72 disciplinas— 54 da história social e 18 da história

---

<sup>49</sup> Disponível em: < <http://caph.fflch.usp.br/node/11093> > acesso em 27 de março de 2019.

econômica. No gráfico a seguir, é possível ver uma comparação da quantidade de professoras<sup>50</sup> (31) e professores (41) que ministram as disciplinas. A quantidade não é tão desproporcional: num índice de 46 professores, são 19 do sexo feminino e 27 do sexo masculino. Além disso, permite-se visualizar a bibliografia das disciplinas, principalmente sobre o Brasil, que nos dá um panorama dos mesmos autores já citados aqui anteriormente.

Gráfico 3 – Disciplinas dos programas de pós-graduação em História Social e Econômica da USP (1971-1987)



Fonte: Programas de Pós-Graduação (1971-1987); Org pelo serviço de Pós-Graduação dos setores departamentais de pós-graduação

Além das disciplinas, foi possível examinar também as atas de coordenação dos programas. No entanto, encontrei atas apenas a partir de 1977 até 1991. Nestas atas constam os professores que ficaram no cargo de coordenação das duas pós-graduações; considerando um cargo que faz parte da burocratização administrativa com relação aos trâmites que envolvem uma pós-graduação, e que ainda estava em construção nos dois primeiros anos do período mencionado, algumas mudanças foram mais rápidas. Porém, devido até a ser uma posição que demanda muito tempo, as eleições de novos coordenadores passaram a ser mais espaçadas no tempo.

---

<sup>50</sup> São elas: Profa. Dra. Antonia Fernanda Pacca de A. Wright, Profa. Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini, Profa. Dra. Maria Theresa Schorer Petrone, Profa. Dra. Suely Robles, Reis de Queiroz, Profa. Dra. Anita Waingort Novinsky, Profa. Dra. Raquel Glezer, Profa. Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes, Profa. Dra. Marlene Suano, Profa. Dra. Maria Luiza Marcílio, Profa. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias, Profa. Dra. Nanci Leonzo, Profa. Dra. Laima Mesgravis, Profa. Dra. Maria Beatriz M. Nizza da Silva, Profa. Dra. Maria de Lourdes Monaco Janotti, Profa. Dra. Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula, Profa. Dra. Inez Garbuio Peralta, Profa. Dra. Maria Ligia Coelho Prado, Profa. Dra. Laura de Mello e Souza, Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara e Profa. Dra. Janice Theodoro da Silva.

No ano de 1977, as coordenações de pós-graduação foram ocupadas pelos professores Manuel Nunes Dias, em História Econômica, e Fernando Antônio Novais, na História Social, e pela professora Myriam Ellis como Chefe do Departamento de História. Em 1978, foram as professoras Maria Thereza Schorer Petrone na História Econômica e Maria Beatriz Nizza da Silva em História Social— a Profa. Myriam Ellis continuou como Chefe de Departamento. A próxima eleição acontece apenas em 1981, substituindo Edgar Carone na História Econômica e Maria de Lourdes Mônaco Janotti na História Social; a chefe do departamento passou a ser Maria Beatriz Nizza da Silva. Em 1983 assumem os professores José Jobson de Andrade Arruda na História Econômica e Maria Luiza Marcílio na História Social, e Carlos Guilherme Mota como chefe de departamento.

No ano de 1987 ocorrem mudanças que se assemelham com o modelo atual de coordenação, passando a ter então um titular e um suplente; na História Econômica, tem-se José Jobson de Andrade Arruda como titular e Vera Lucia Amaral Ferlini como suplente; e na História Social Maria Ligia Coelho Prado como titular e Eni de Mesquita Samara como suplente—além disso, o Prof. José Jobson como Chefe de Departamento. Por fim, na última ata desta documentação, no ano de 1991, na História Econômica tem-se titular Vera Lucia Amaral Ferlini e o suplente Antônio Penalves Rocha e na História Social a titular Raquel Glezer e a suplente Maria Ligia Coelho Prado.

Evidentemente, a presença das professoras é percebida de maneira bastante forte através das fontes consultadas sobre a coordenação das duas pós-graduações. Tais cargos trazem consigo uma importância, mas principalmente, uma reserva de tempo para demandas administrativas que faz parte da estrutura organizada nas universidades. Assumir tais responsabilidades é um trabalho por muitas vezes considerado feminino, por não se tratar de produção de conhecimento, mas de afazeres “burocráticos”.

### 1.3.2- Concursos de cátedras no Departamento de História da USP

No arquivo da Biblioteca Florestan Fernandes da FFLCH/USP, tive acesso às atas de cátedras do Departamento de História entre 1968 e 1975, e foram 12 concursos para cadeiras de diferentes disciplinas; a maioria com apenas um candidato inscrito.<sup>51</sup> Ao fim dos 12

---

<sup>51</sup> De acordo com documentação consultada, as inscrições precisavam ser aceitas pela congregação.

concursos, cinco dos aprovados foram mulheres e sete, homens. A Profa. Dra. Maria Thereza Schorer Petrone teve como participantes da comissão julgadora em seu concurso para Livre-Docência para a cadeira de História da Civilização Brasileira Eduardo D'Oliveira França, José Ribeiro de Araújo Filho, Myriam Ellis, Mário Neme e Brasil Pinheiro Machado em 1971. Em 1972, a Profa. Dra. Sônia Aparecida Siqueira contou, como comissão julgadora para livre-docência de História Ibérica, com os professores Américo Jacobina Lacombe e Eduardo D'Oliveira França. O concurso<sup>52</sup> pelo qual a Profa. Dra. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva foi aprovada para cadeira de Teoria da História, em 1973, tinha somente ela como inscrita, e a comissão julgadora indicou os professores Antonio Candido de Mello e Souza, Maria Thereza Schorer Petrone e Sonia Aparecida Siqueira pelo Departamento de História. O concurso da Profa. Dra. Maria Luiza Marcílio para cadeira de História Contemporânea, em 1974, contou com a participação dos professores Manuel Correia de Oliveira, Cecília Maria Westphalen, Richard Morse, Maria Izaura Pereira de Queirós e Eduardo D'Oliveira França na comissão julgadora. Por fim, em 1975, o concurso da Profa. Dra. Luciana Pallestrini para cadeira de Pré-história contou com a comissão julgadora formada pelos professores Maria da Conceição de M. Coutinho Beltrão, Luiz de Castro Faria, Setembrino Petri, João Baptista de Borges Pereira e Eurípedes Simões de Paula.

Além de saber quem faz parte de toda a realização do concurso para professores e professoras do Departamento de História da USP, pude identificar, através das atas, muitos mecanismos utilizados ali como forma do processo seletivo que continuam sendo reproduzidos nos editais de seleção até hoje, como provas-aulas e bancas de avaliação. Logo, por mais que a reforma universitária tenha extinguido as Cátedras, as estruturas dentro das universidades são moldadas por pessoas que deixam sempre um rastro de influência sobre as decisões institucionais.

### 1.3.3 – O I Seminário de Estudos Brasileiros e o Encontro Internacional de Estudos Brasileiros na USP;

Em 1971, o Instituto de Estudos Brasileiros da USP realizou o I Seminário de Estudos Brasileiros e Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. Nele constam todas as informações

---

<sup>52</sup> Entre os pontos da prova prática, estão “1. Fernand Braudel; 2. Alexandre Herculano; 3. J. Burckhardt; 4. Oliveira Martins; 5. Lucien Febvre; 6. Caio Prado Jr; 7. Marx; 8. Capistrano de Abreu; 9. Arnold Toynbee; 10. Sérgio Buarque de Holanda.”;

necessárias sobre a realização, como a participação de 311 pesquisadores, sendo 261 brasileiros e 50 estrangeiros. Como coordenador geral figurava o Prof. Dr. José Aderaldo Castello, apoiado por uma comissão deliberativa formada pelo conselho de administração do IEB e de 20 professores convidados. Destes, apenas três são do sexo feminino: as professoras Alice P. Canabrava, Nícia Villela Luz e Maria Izaura Pereira de Queiróz.

O seminário se propôs a debater sobre oito grandes áreas: Geografia, História, Sociologia, Antropologia, História da Educação, Pensamento Brasileiro e História da Arquitetura. Aqui, focaremos apenas na História. Os coordenadores responsáveis pelas monografias eram Sérgio Buarque de Holanda e Alice P. Canabrava, e os comentadores Frederic Mauro, Francisco Iglésias, Richard Graham e Cecília Maria Westphalen. A professora Alice Canabrava iniciou com um “roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira”, no qual ela traça uma cronologia que recupera os pontos importantes da historiografia brasileira; localiza o 1º esboço sobre o passado do país do frei Vicente do Salvador, chamado História do Brasil (1627), no texto de Robert Southey, que abandona o sobrenatural; e identifica como “grande monumento da historiografia do século XIX” a História do Brasil (1853) de F. A. Varnhagen (CANABRAVA, 1971, p. 6). Isso está, de certo modo, conectado à fundação do IHGB em 1838 que, segundo Canabrava, constitui o marco fundamental na historiografia brasileira pela profunda influência que exerceu (CANABRAVA, p.2, 1971). Entre outros, também destaca uma tradição nas décadas de 1920 e 1930, como Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Afonso de Taunay, Alcântara Machado, Cassiano Ricardo e Sérgio Buarque de Holanda.

O professor José Eduardo Marques Mauro fez uma apresentação intitulada “A pesquisa histórica no Brasil”, mencionando as deficiências básicas existentes em setores fundamentais da pesquisa, como bibliotecas e arquivos. Além disso, discutiu a escrita da história, utilizando inclusive o fato da história da historiografia brasileira ser o estudo dos livros que já se escreveram sobre a História do Brasil, tratando do exame de obras elaboradas como de José Honório Rodrigues e Sérgio Buarque de Holanda. Na fala dos dois professores, percebe-se que não existem dúvidas com relação aos autores citados e suas contribuições para a história do Brasil.

Os anais deste seminário estão disponíveis no IEB, estando divididos em três volumes—sendo estes sobre organização e participação, grupos de trabalho e discussões monográficas. Enquanto a Sociologia está localizada também no volume 1, a História, História da Educação,

Pensamento Brasileiro, Literatura Brasileira e Arquitetura estão no volume dois. Já o terceiro se dedica a destacar pesquisas sobre o Brasil em diferentes países e no próprio país, como no Museu Nacional da UFRJ, no Centro Latino-americano de Ciências Sociais (RJ), nos Estudos dos Problemas brasileiros da UFPE (PE), no Museu Goeldi (PA), nos Estudos Brasileiros no Departamento de História da UFPR (PR), nos Estudos Brasileiros na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Barão de Mauá” (SP), na Situação Atual dos Estudos Brasileiros da UFRGS (RS) e no Esquema do Histórico e Perspectivas Próximas dos Estudos Brasileiros na UFC (CE) e IEB – USP (SP).

#### 1.4 – Institucionalizando o campo da História da Historiografia no Brasil

Em 1961, em evento realizado na cidade de Marília (SP), foi fundada a Associação Nacional dos Professores Universitários de História, reunindo os profissionais ligados aos cursos de graduação e de pós-graduação em História. A instituição foi gradativamente ampliando sua base de associados, incorporando também professores dos ensinos fundamental e médio e, mais recentemente, profissionais atuantes nos arquivos públicos e privados e em instituições de patrimônio e memória espalhadas por todo o país. A partir de 1993, a abertura da entidade ao conjunto dos profissionais ligados à área de história levou também à mudança do nome, que passou a se chamar Associação Nacional de História, preservando-se, contudo, o acrônimo que a identifica há mais de 40 anos.

A cada dois anos, a ANPUH realiza o Simpósio Nacional de História. No intervalo entre dois simpósios nacionais, as Seções Regionais organizam seus respectivos encontros estaduais. A ANPUH também é responsável pelos periódicos Revista Brasileira de História e Revista História Hoje – sendo esta última dedicada à temática de História e Ensino. Desde sua fundação até hoje foram 28 gestões, durante as quais a presidência foi ocupada por professoras apenas nove vezes. Levando em consideração a importância do cargo no âmbito nacional, vê-se a pertinência de compreender quais as questões privadas que demonstram a menor participação de mulheres em alguns níveis da carreira, como observamos até então.

Assim como a fundação da ANPUH foi importantíssima para os pesquisadores de História na década de 1960, a partir dos anos 2000 é possível observar também um movimento dos pesquisadores de história da historiografia em direção a um fortalecimento da área, não só

com a revista HH, que alcançou um alto Qualis, mas também por outros meios que também tinham como intuito reunir e estabelecer trocas entre seus pares. Como exemplo disso, podemos citar aqui a criação da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia. Segundo seu site,<sup>53</sup> a Sociedade teve como marco nessa trajetória o ano de 2003, na ANPUH de João Pessoa (PB), do Grupo de Trabalho em Teoria da História no âmbito da ANPUH nacional e posteriormente, em 25 de agosto de 2009, por ocasião do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia, no Auditório Francisco Iglésias do ICHS/UFOP, foi criada em Assembleia Geral, num esforço de congregar os pesquisadores da área e de fortalecê-la no cenário intelectual nacional e internacional.

Apesar de sua criação em 2009, sua primeira gestão tomou posse apenas em 2011, permanecendo no poder até 2015. A gestão contava com os professores Estevão de Rezende Martins (UnB) como presidente e Temístocles Cezar (UFRGS) como vice-presidente. A gestão seguinte, de 2015 até 2018, teve como presidenta a professora Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ) e como vice o professor Valdeci Lopes de Araujo (UFOP). Já a atual gestão de 2018 até 2021, tem os professores Temístocles Cezar (UFRGS) como presidente e Karina Anhezini (UNESP) como vice. Destaca-se que, dos três presidentes e três vices, houve apenas uma mulher em cada categoria, mesmo que os números atuais<sup>54</sup> de associados à sociedade sejam 156 do sexo feminino (40,5%) e 229 do sexo masculino (59,5%), de um total de 385.

Apesar disso, constata-se que as preocupações apresentadas aqui são cada vez mais compartilhadas pela área. No dia 23 de março de 2019, foi publicada a segunda carta de Mariana,<sup>55</sup> que apresenta a necessidade de repensar com diferentes sujeitos, epistemologias e ecologias do conhecimento, contando com mudanças nos objetivos. Dentre estes objetivos, um se destacou pelo propósito aqui investido: “promover o intercâmbio e a cooperação com associados(as) e entidades nacionais, estrangeiras e internacionais da mesma natureza – procurando, na medida do possível, orientar-se pelo princípio da representatividade, que preconiza a busca por equilíbrio democrático entre gêneros, etnias e nacionalidades”.

---

<sup>53</sup> Disponível em: < <http://www.sbtth.org.br/pb/sobre/> Acessado dia 19 de março de 2019.

<sup>54</sup> Dados cedidos pela secretaria e Profa. Dra. Flávia Varella (UFSC) de 2 de abril de 2019.

<sup>55</sup> Disponibilizada por e-mail para os membros do SBTHH.

A criação da SBTHH se origina nas realizações do Seminário Nacional de História da Historiografia (SNHH)<sup>56</sup>, evento bienal promovido pelo Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade – NEHM, na linha de pesquisa Ideias, Linguagens e Historiografia do Programa de Pós-Graduação em História da UFOP, assim como pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia – SBTHH. O SNHH vem sendo realizado desde 2007 e contribuiu decisivamente para a consolidação da área de teoria da história e história da historiografia, campo essencial à formação dos historiadores por estimular a reflexão em torno da escrita da história e da sua relação com o presente.

É preciso notar que, ao longo dos anos, o seminário foi ganhando projeção nacional e internacional, dada a qualidade das conferências, mesas redondas, minicursos e simpósios temáticos que abriga. Além disso, a reflexão desenvolvida no âmbito do seminário se expressa em publicações que reúnem as contribuições dos conferencistas ou que são organizadas a partir de um simpósio temático. Nesse sentido, vale ainda lembrar que o SNHH também deu impulso aos esforços de criação de um periódico já citado, a História da Historiografia.

Desde a 6ª edição, em 2012, a organização do seminário vem apontando para uma crescente internacionalização, o que corresponde a um movimento mais geral da área de teoria da história e história da historiografia no sentido de integrar esforços— como a criação da International Network for Theory of History (INTH), em 2012, e a expansão da International Commission for the History and Theory of History (ICHTH). Na edição de 2013, ampliou-se a inserção qualificada no debate internacional. Em 2014, o evento tornou-se bianual e essa integração ampliou-se ainda mais com a participação de membros da INTH e da ICHTH, resultado dos esforços do presidente da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia e dos contatos que os membros do núcleo vêm construindo ao longo dos anos.

O ano de 2018 marcou a comemoração dos seus dez anos, com o seminário voltando a ser realizado na Universidade Federal de Ouro Preto, no campus da cidade de Mariana (MG), tendo realizado a sua edição anterior, no ano de 2016, na Universidade Federal do Espírito Santo, na cidade de Vitória, fortalecendo os laços com pesquisadores capixabas. O seminário mudou suas características estruturais ao longo dos anos, até por amadurecimento da área, mas veio em sua última edição alterar alguns formatos sobre eventos acadêmicos e propor uma discussão sobre “emergências” e um debate Sul-Sul, que priorizasse a discussão entre colegas

---

<sup>56</sup> O SNHH, alterou seu nome para Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia, porém devida ao reconhecimento do público como SNHH, manteve a sigla.

também latinos. O movimento nesse sentido configura um importante marco para o campo, colocando-se à frente destas modificações para a produção de conhecimento. Fazer parte da comissão organizadora do X SNHH, junto com outros colegas<sup>57</sup>, me possibilitou acompanhar de perto as diretrizes e todo o material e experiência acumulado pelo seminário em todas as suas edições, a fim de mobilizar todos os interessados na temática.

Mesmo que seja um campo de pesquisa já consolidado, através destes pilares principais mencionados —a SBTHH, a revista HH e o seminário—, surgiram algumas dificuldades para encontrar menções ao campo em documentos mais antigos. Isto foi contornado com uma ampliação da investigação ao que fosse próximo da área<sup>58</sup>, diferença que se constata na divisão das seções do capítulo. O esforço aqui não é de desmobilizar o campo, mas de reconhecer a relevância nas tentativas de trazer à tona o tema da equidade de gênero, que demonstraria o interesse de pesquisadores não só de ir além dos formatos tradicionais na História, mas também de indicar que o sujeito de produção de conhecimento, no que se refere à história da historiografia brasileira como representação de uma história da disciplina histórica, não é um sujeito universal, transcendental, mas sim um sujeito masculino. Relembrando a pergunta de Calvino sobre os clássicos, que faz parte das nossas inquietações, aceitamos que tais clássicos são necessários e fazem parte da formação, como dentro de qualquer área. No entanto, isso não nos impede de contestá-los, tirando-os de um lugar sacralizado. Isso é intrínseco às demandas recentes de reivindicação de não lugares e não presenças por parte daqueles que não participaram de configurações tradicionais, já que não só a historiografia como também outras áreas excluíram e ocultaram raça, gênero, homossexualidade e tantos outros temas.

Interpretando os dados em relação à dimensão de gênero, me deparei com um assunto que vai além do foco desta investigação (o campo da história da historiografia): o modelo de produção de conhecimento que reproduz, por vezes de modo involuntário, elementos estruturais do machismo, sexismo e patriarcalismo. A questão da não representatividade feminina evidencia isso. A ascensão que a carreira universitária poderia trazer incomodava e, talvez possa-se dizer, ainda incomoda. Uma vez traçado o perfil de quem foram – e são – os cânones

---

<sup>57</sup> Fizeram parte da comissão organizadora os professores Valdei Lopes de Araujo, André de Lemos Freixo e Mateus Pereira, além da parceria dos colegas da graduação Aguinaldo Boldrini, e pós-graduação Livia Vargas e Walderez Ramalho nessa empreitada.

<sup>58</sup> Dentre eles: história intelectual, história da história, escrita da história, metodologia da história, estudos história e etc.

historiográficos, referência para gerações, fixamos a compreensão das justificativas, envolvidas na desproporção evidente, através dos elementos que expressam como a produção de autoria feminina não é tema priorizado e frequente, mantendo-se em grande medida secundário na construção de uma memória da disciplina.

## Capítulo 2 – Rupturas femininas na produção de conhecimento

### 2.1 – A ciência com rosto masculino

*Ciência como vocação* é o texto de uma palestra proferida em 1917, na Universidade de Munique, pelo sociólogo alemão e economista político Max Weber. Ali ele discute os múltiplos aspectos da escolha de uma carreira acadêmica, desde os critérios de acesso até as suas exigências. O autor discute também a relação entre docência e pesquisa, habilidades que nem sempre se encontram num mesmo indivíduo, e coloca a primeira como dom. A pesquisa, por sua vez, pressupõe inspiração, mas também trabalho, método e rigor, e a consciência da impermanência das verdades/descobertas, que estão sempre avançando. Por fim, Weber evoca também a falta de sentido nesta atividade ou nos resultados do trabalho, falta de sentido está coexistente com a paixão.

Ao apontar todos esses parâmetros para a carreira acadêmica, automaticamente se afastam as possibilidades do “universo feminino”, sempre às voltas com o cuidado com a família, a manutenção do casamento e as sociabilidades. As referências em todo o texto são masculinas, tanto individualmente quanto sociologicamente. O texto, porém, foi organizado por Marianne Weber, socióloga então casada com Max Weber. Em artigo, a socióloga Giulie Da Mata (2015) comenta sobre a condição e o casamento a partir da obra de Marianne Weber, reconhecendo a naturalização da forma de organização patriarcal da relação entre os sexos que legitima, tornando também naturalizada, a separação dos interesses sociais de homens e mulheres. Legitima-se a valoração exclusiva dos homens como seres públicos e efetivamente livres para buscar a realização de seus interesses e, no mesmo passo, justifica-se a instrumentalização da mulher.

A feminilidade é uma construção aprofundada durante o século XIX, quando se considerava a existência de uma natureza feminina que precisaria ser domada pela sociedade e pela educação para que as mulheres pudessem cumprir o destino ao qual estariam naturalmente designadas. A feminilidade<sup>59</sup> aparece aqui como o conjunto de atributos próprios as mulheres – ainda assim é fundamental questionar a universalidade do conceito “mulheres” – em função

---

<sup>59</sup> “A feminilidade como um todo devia ser adorada e colocada a salvo de um mundo perverso. Para os positivistas, a mulher era a base da família, que por sua vez era a pedra fundamental da sociedade. Ela formava o núcleo moral da sociedade, vivendo basicamente por meio dos sentimentos, ao contrário do homem. Dela dependia a regeneração da sociedade.” HAHNER, June. *A Mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

das particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora; a partir daí, atribui-se às mulheres uma função definida para ocupar um lugar social comum – a família e o espaço doméstico –, a partir do qual se traça o destino da maternidade. (KEHL, 2016, p.40). Não considerando somente as mulheres burguesas, como tantas mulheres que foram obrigadas a deixar a maternidade para trabalhar nas ruas, nos serviços e nas fábricas. Mas se observa, que quase todo tipo de trabalho feito por mulheres não envolvia empenho intelectual, por serem julgadas incapazes para tal. Eram, então, excluídas de decisões e impedidas de exercer qualquer direito como cidadãs, além de vistas como desqualificadas para alcançar a profundidade necessária para exercer tais direitos, chegando a ocupar uma posição inferior como ser cognitivo. Na ciência histórica não é diferente, já que o seu desenvolvimento se deu em uma época em que mulheres de classe média levavam uma vida sobretudo doméstica. Dessa forma, costuma-se dizer que a profissão era praticamente monopolizada por homens. Apenas eles dispunham de tempo — não somente tempo como também aceitação social — para se engajarem nas atividades das quais dependia o fundamento da história profissional.

A estranheza causada pela influência dos ideais da revolução francesa por todo o mundo, sendo precursora do ideal de liberdade e do direito individual, poderia gerar um impacto na esfera familiar, com tradições monárquicas da origem familiar por valores advindos de uma mobilidade social. Assim, aos ideais de submissão feminina contrapunham-se os de liberdade; à ideia de uma vida predestinada ao casamento e à maternidade, contrapunha-se a ideia, também moderna, de que cada sujeito deve escrever seu próprio destino, de acordo com a sua própria vontade. Por isso, o pensamento das “Luzes” teve alguma influência direta sobre as primeiras ideias feministas na Europa ao valorizar a emancipação individual, afirmar a supremacia da razão e recusar a ideia de um sujeito submetido ao projeto divino. Aos poucos, a experiência feminina se tornava pública por meio da escrita, resumindo experiências subjetivas nas quais a maioria das mulheres se reconhecia. À medida que tornavam-se públicas essas experiências, produziu-se um campo de identificações em que as mulheres puderam se reconhecer, assim como reconhecer suas diferenças em relação aos ideais de feminilidade produzidos a partir do suposto saber masculino.

É através do romance que as mulheres ingressam na literatura. Bonnie Smith (2003), em *Gênero e História*, explica que a categoria de história amadora do século XIX era associada à escrita das mulheres, enquanto a História masculina era escrita tanto por literatos quanto por outros profissionais liberais e “homens notáveis” do período, detendo a narrativa especialmente de cunho político e militar. A imposição dessa hierarquia foi precisamente o ponto de origem

do trauma historiográfico para tais mulheres, que foi perpetuado também mais tarde na profissionalização. Entretanto, uma leitura mais sintomática do “amadorismo” revela que a história amadora consiste em algo verdadeiramente extraordinário: o relato de múltiplos traumas, não apenas dos relacionados a guerras e revoluções. Quando se examina o amadorismo sob essas linhas, é possível compreender melhor como a moderna historiografia do mundo ocidental esteve marcada pelo gênero.

A história científica do século XIX representou a busca de homens de classe média pela competência e realização — seu desejo de poder profissional —, enquanto o amadorismo praticado pelas mulheres era caracterizado como desordenado e relativamente inútil em termos de valor histórico efetivo. “A maioria dessas mulheres permaneceu solteira, dissociada da dependência pessoal e financeira que o casamento automaticamente trazia e, por isso, precisava levar avante seu trabalho sem o forte apoio familiar que ajudou a produzir o profissionalismo masculino.” (SMITH, 2003, p.33). Mesmo essas escritoras sendo praticamente ignoradas por toda a historiografia, algumas começaram a fazer contato com uma variedade de movimentos reformistas.

Kant e Hegel, filósofos em cujas orientações a maioria dos historiadores se baseia (nem que seja de modo derivativo), tinham gasto longos capítulos de suas obras descrevendo esses indesejáveis estados subjetivos como femininos. Para a mente de Kant, apenas os homens podiam operar moralmente de acordo com o princípio do imperativo categórico, e apenas eles poderiam ter de forma plena uma razão inata para relacionar-se com o que estava fora da compreensão — isto é, da natureza — e assim desenvolver o conhecimento. Kant colocou as atividades das mulheres no reino da nutrição, da emoção, da sensibilidade e da cultura. Um platô nessa linha divisória surgiu com Hegel, cuja dialética bifurcou o mundo em um sujeito e um objeto nitidamente opostos: senhor e escravo, masculino e feminino, duas partes mutuamente antagônicas. O sujeito soberano masculino lutava por supremacia, conhecimento e controle do objeto feminizado. (SMITH, 2003, p. 391/392)

A dominação masculina, citada por Kant e Hegel, converte as mulheres em objetos, tendo o efeito de as deixar num permanente estado de insegurança corporal, como decorativos, enquanto objetos afáveis, atraentes e disponíveis. Espera-se delas que sejam femininas, que inclui ser simpática, atenciosa, discreta, contida, submissa, ou seja, apagadas. E a pretendida feminilidade, muitas vezes não passa de uma forma de complacência em relação às expectativas masculinas<sup>60</sup>. Consequentemente, criando uma relação de dependência com os outros, estando permanentemente sob esses olhares presas num corpo que precisa ser ideal. (BOURDIEU,

---

<sup>60</sup> Aqui cabe muito bem a teoria do “outro” de Beauvoir. Beauvoir mostra em seu percurso filosófico sobre a categoria de gênero que a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e através do olhar do homem. Este olhar a confina num papel de submissão, que comporta significações hierarquizadas dadas à mulher através deste olhar masculino.

2002, p.83/84). Esta divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas, como por vezes se diz para falar do que é normal e natural, a ponto de ser inevitável, apresentando-se ao mesmo tempo, no seu estado objetivado, tanto nas coisas, como no mundo social, sendo agentes que funcionam em um sistema. Mesmo assim, algumas interessantes iniciativas se diferenciam, como quando o filósofo britânico do século XIX, Stuart Mill que considera o indivíduo soberano sobre sua própria mente e seu próprio corpo devendo tomar atitudes levando em conta o máximo bem possível para o máximo de pessoas possível, compreende que o princípio que regula as relações sociais existentes entre os sexos – a subordinação legal de um sexo a outro – está errado em si mesmo, e, portanto, é um dos principais obstáculos para o desenvolvimento humano; tal subordinação deveria ser substituída por um princípio de igualdade perfeita, sem qualquer poder ou privilégio para um lado e incapacidade para o outro. (MILL, 2006, p. 15).

O sociólogo Pierre Bourdieu no livro *A Dominação Masculina*, insere apontamentos sobre a potência quase inconsciente desta dominação. O autor contribui de maneira geral na crítica a forma tradicional que a História se consolidou. Em suma, ressalta a necessidade de reconstrução da história do trabalho histórico fincada em bases permanentemente de estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina, que se repete continuamente, através do qual a ordem masculina é reproduzida de época para época. Através das permanências e mudanças, o autor também reafirma que as mudanças visíveis nestas condições podem ocultar de fato permanências nas posições relativas: a igualdade de oportunidades de acesso e das percentagens de representação não devem encobrir as desigualdades que subsistem na distribuição entre as diferentes áreas escolares, e pelas mesmas razões, na carreira acadêmica.

Michel de Certeau (1982) em *A Escrita da História* expõe que o discurso acadêmico possui um conjunto de limites a serem utilizados, expressões da instituição e da ordem social na qual a disciplina de História está inserida e que a validade de um discurso acadêmico depende da aprovação de outros historiadores (CERTEAU, 1982, p. 72). O autor ressalta que a atividade de pesquisa está inserida em um lugar, no qual de acordo com os seus interesses definirá o que pode vir a ser feito e o que não é permitido ser realizado. Através destes apontamentos o autor, nos deixa claro sobre o peso que a instituição e o lugar social dos indivíduos possuem sobre a construção do discurso do historiador.

Além disso, o que podemos ver seria a necessidade dos usos de técnicas e métodos científicos, para legitimar a História como disciplina e o que nela vem a ser produzido. Por exemplo, o texto é o lugar do discurso histórico, da delimitação de um recorte espacial e

temporal, para ser analisado. E a escrita histórica não é feita unilateralmente, mas sim em coletivo, já que é fruto da validação acadêmica e das relações com as ideias de seus pares. Além disso, a escrita histórica é fruto das vivências do profissional da História, as quais suas ideias perpassam ao texto devido às escolhas existentes dele e do lugar social no qual está inserido.

Porém, esta forma sugerida por Certeau engessa ainda mais o destaque dado à produção do conhecimento como um conceito universal de se fazer – profissionalmente – história, que majoritariamente remete ao homem branco, heterossexual, “civilizado do primeiro mundo”<sup>61</sup>, que, epistemologicamente, trata-se do sujeito universal moderno. As principais características do pensamento científico, como noções de objetividade e neutralidade, são produzidas a partir destes parâmetros. E os saberes disciplinares – como a História – se constroem a partir deste enquadramento de personagens notáveis, representantes das virtudes epistêmicas modelares para todos no campo, muitas vezes ocultando jogos de poder e problemas de natureza política que permitem esse apagamento do feminino. Não se trata apenas de reivindicar “a relevância das mulheres”. O que está em jogo é evidenciar o silêncio eloquente no interior de uma dimensão que deveria configurar a “consciência histórica” de uma área de pesquisa; que insiste em apenas reconhecer homens como figuras de proa, ou marcos fundamentais, na produção de conhecimento histórico. A diferença reside no fato de que a relevância profissional das mulheres, na prática, é inquestionável. Muitas ocupam lugares de prestígio, liderança e coordenação na área de História em diversos níveis. Ninguém recusa ou nega isso publicamente. Exatamente por essa razão, desconstruir uma narrativa que invisibiliza o protagonismo e contribuições femininas é um meio de evidenciar o silêncio que se construiu sobre o feminino na produção intelectual. Quer dizer, a própria estrutura discursiva do cânone pressupõe um “sujeito universal”, que seria supostamente indiferente se homem ou mulher; mas na verdade, seja ele qual for, a ilusão da chamada indiferença brilha forte sobre os homens, figurados como estrelas de grandeza maior, e eclipsa o feminino.

Sobre esta ausência de mulheres na história da ciência histórica, não deixa de ser significativo que isso reflete um problema muito mais antigo. Ainda nas primeiras décadas do século XX, a ciência era culturalmente definida como uma carreira imprópria para a mulher. Da mesma maneira que, ainda na segunda metade do século XX, se dizia quais seriam as profissões de homens e quais as de mulheres. E mesmo com seus primeiros passos de entrada

---

<sup>61</sup> Cf. CATELLI, Laura. RUFER, Mario. DE OTO, Alejandro. Introducción: pensar lo colonial. *Tabula Rasa* [en línea]. 2018, (29), 11-18[fecha de Consulta 15 de Septiembre de 2019]. ISSN: 1794-2489. Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=3965771300>.

nesse universo, usualmente não se valorizam significativamente as contribuições intelectuais femininas. Por exemplo, Marie Curie<sup>62</sup> continua sendo quase a única cientista citada em aulas do ensino fundamental nas escolas.

Não é despropositado afirmar que o fato de as mulheres serem as principais responsáveis por criar seus filhos dificultou imensamente seus trabalhos e pesquisas. A ciência progride muito rapidamente e aquelas que se afastam por alguns anos para se dedicarem aos fazeres da maternidade gastam muitas vezes até o dobro do tempo para se reciclarem e se reatualizarem. Há áreas nas quais ficar fora da produção acadêmica por alguns meses pode ter consequências bastante críticas<sup>63</sup>. Tornando um desafio ainda maior transformar o rosto masculino adquirido pela ciência.

#### 2.1.1 – O acesso das mulheres na produção de conhecimento

O resultado mais evidente da urbanização foi o aumento do acesso da mulher burguesa<sup>64</sup> a bens culturais como o teatro, música, escrita, literatura, por exemplo. Uma nova conjuntura econômica e social, efeito da modernidade, revela a necessidade de se permitir à mulher o acesso a algum nível de instrução formal, desde que esta não entrasse em conflito, porém, com a educação doméstica. Um dos fatores mais decisivos da transformação é o aumento do acesso das mulheres ao ensino superior, porém muitas vezes confinadas às especialidades tradicionalmente femininas e pouco qualificadas, e ainda assim o número de mulheres costuma diminuir à medida que se ascende na hierarquia e essa mesma lógica rege o acesso às diferentes posições nas profissões. No contexto brasileiro, o cenário social em que ocorre a expansão do ensino superior foi marcado pela abertura do regime político ditatorial, ainda na década de 1980, e pelo início de uma liberalização sexual feminina e quebra de antigos ‘tabus’. June Hahner (1978) afirma que o movimento feminista começou a ressurgir no Brasil e contribuiu para esta

---

<sup>62</sup> Marie Curie foi uma cientista polonesa, de naturalização francesa, que conduziu pesquisas pioneiras no ramo da radioatividade. Foi a primeira mulher a ganhar um Prêmio Nobel e a primeira pessoa e única mulher a ganhar o prêmio duas vezes.

<sup>63</sup> É importante se citar a recente conquista sobre a inclusão do período de licença maternidade e amamentação no currículo lattes e em plataformas de avaliação de desempenho, como na FAPERJ. Políticas públicas e institucionais são fundamentais para o combate de opressões estruturais. Cf. <<http://www.faperj.br/?id=3777.2.8>> acesso 15 de set. de 2019;

<sup>64</sup> Apesar de tratar sobre dados de gênero, é importante refletir sobre um recorte racial, visto que a relação entre gênero, raça e escolaridade é relevante para a compreensão das desigualdades históricas existentes no acesso ao ensino superior brasileiro.

entrada das mulheres no mercado de trabalho. Apareceu também nas classes mais altas, nas quais tradicionalmente o papel desempenhado pelo contingente feminino estava ligado ao espaço doméstico e aos afazeres do lar.

Com a entrada significativa das mulheres nas universidades brasileiras<sup>65</sup>, a partir de 1970 e a conseqüente valorização de questões femininas como a maternidade, o aborto, o amor, a prostituição, inicia-se um processo de mudanças nas formas de pensar, dentro dos limites do espaço acadêmico. Desde o início da formação educacional brasileira, percebemos um estreito vínculo entre a questão do gênero e a própria educação, uma vez que se fazia grande distinção em relação ao tipo de instrução ministrada a cada um dos sexos. Essa formação educacional foi acompanhada de uma desvantagem histórica da mulher chancelada pelo Estado que traduz, em suas leis traços fundamentais da cultura brasileira.

Era de um senso comum que uma educação igualitária poderia minar os fundamentos da sociedade e o lugar da mulher é determinado pela sua natureza feminina. “Mais estreitamente vinculada ao lar do que o homem, a mulher era aqui, como o tem sido em toda parte, o elemento estabilizador e conservador por excelência, o grande custódio da tradição doméstica” (HOLANDA, 2014, p.148). Isso a mantinha nos níveis que eram considerados para uma mulher alcançar, podemos imaginar o esforço interno de cada uma das historiadoras que fizeram parte da geração dos célebres nomes da história da Brasil, os “verdadeiros historiadores”, mesmo com a clara predominância masculina ocupando a posição de intelectual no estudo da historiografia brasileira<sup>66</sup>.

Cerqueira (2001) apresenta em sua tese como o ingresso das mulheres no magistério, embora aceito como algo indispensável para a sobrevivência da educação no país, significava também a abdicação de alguns aspectos tradicionais do papel da mulher, afastando-a da vida familiar, do casamento e da maternidade. Porém, o magistério é considerado próprio para ser exercido em meio período sem atrapalhar os deveres do lar, isso era amplamente reproduzido pelas seções femininas da Escola Normal, que ensinavam às ‘moças’ matérias que, assim, além

---

<sup>65</sup> Estes fatores sociológicos tiveram algumas similaridades com as universidades europeias, pois, como estudantes, representaram quase um terço das matrículas nos anos 1970. Como docentes, depois de terem sido ‘indesejáveis’ por muito tempo, conquistaram algum espaço depois da Segunda Guerra Mundial e constituem atualmente quase um terço dos professores efetivados. Cf. Perrot, M. 2016, p. 20.

<sup>66</sup> Aqui compreendo que o intelectual é o que está inserido da História da historiografia. Não se trata de reivindicar a História intelectual, mas de ver a(o) pesquisadora como intelectual produtor(a) de conhecimento.

de habilitá-las como professoras, nas as afastem de suas funções domésticas, ou seja, das funções femininas e naturais. Outras curiosidades desta instituição é o fato de os cargos de diretoria e de inspeção serem, por um bom tempo, reservado aos homens, reproduzindo-se, no ambiente escolar a hierarquia doméstica. Além disso, Cerqueira pesquisou sobre outras unidades da USP, como a faculdade de medicina e a escola politécnica, e ao analisar a FFCL aborda que nesta unidade existe uma presença feminina maior e mais estabilizada com relação às outras unidades (p.106). No entanto, a formação superior que haviam conquistado iria se chocar, muitas vezes, com a realidade de um mercado de trabalho dominado por homens e impregnado de preconceitos em relação à capacidade feminina. Desta forma, muitas das formadas encontrariam dificuldades para desenvolver seu conhecimento.

Por muitos anos a educação superior foi considerada um privilégio masculino e as possibilidades da presença das mulheres nas universidades brasileiras eram bastante restritas. Com o início de questionamentos a respeito da posição social e econômica da mulher e o maior acesso do contingente feminino às universidades, isso aos poucos se modificou, pois o acesso às universidades representa a possibilidade de ascensão social e concorrência por melhores postos de trabalho, bem como a ocupação de espaços tradicionalmente ocupados por homens. Conforme afirmam Barroso e Mello (1975), não se pode esquecer que o acesso à educação formal é uma das principais vias de mobilidade social, sendo essencial a obtenção de diplomas de ensino superior para a qualificação e ascensão social. Assim, a educação exerce um papel fundamental na distribuição de oportunidades aos indivíduos, influenciando diretamente o processo de mobilidade para as mulheres.

Os dados apresentados no primeiro capítulo, relativos ao processo de distribuição entre os sexos nos mais variados setores da educação superior demonstram que, apesar do rápido processo de inserção das mulheres no ensino superior, tal avanço continua lento em algumas áreas e níveis hierárquicos. Em linhas gerais, as mulheres representam a maioria dos concluintes de cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), mas a maior parte dos cargos de docência continuam sendo ocupados por homens. Além disso, nota-se que ainda há áreas que se destacam historicamente como redutos masculinos, especialmente aqueles ligados à área tecnológica, tais como as Engenharias e as Ciências Exatas e da Terra. A inserção das mulheres em posições de prestígio e alto poder decisório também permanece

desproporcional. Pesquisas recentes<sup>67</sup> indicam que há uma desigualdade de gênero na concessão de bolsas de produtividade em pesquisa, o que pode estar relacionado com os processos institucionais de escolha dos pesquisadores. Por se tratar das bolsas mais valorizadas, análises mais aprofundadas e cuidadosas sobre as razões da não entrada feminina são fundamentais para melhor compreensão da questão.

Ademais, o exame do acesso das mulheres à carreira considerando a condição racial apresenta evidências sobre um novo patamar de diferenciação, confirmando a observação de Fúlvia Rosemberg (1997), de que as hierarquias de gênero interagem com as de raça e classe, para produzir um sistema educacional excludente. Vê-se que mulheres brancas e negras se situam em posições bastante distintas com relação ao prestígio desfrutado pelas carreiras nas quais elas predominantemente se inserem. É evidente a complexidade que surge através do estudo das várias camadas sociais presentes na universidade, e como pode ser uma experiência distinta para cada elemento, ou seja, se a posição de mulheres já é restrita, das mulheres negras é ainda mais insuficiente, reforçando o sujeito e objeto masculinizado da produção científica.

Na universidade foi crescendo uma certa *feminização* do espaço, desde que as mulheres entraram nas universidades e passavam também, a reivindicar seu lugar na História. Isto colaborou com a dilatação de pesquisas sobre seus temas e problematizações, seu universo, suas inquietações, suas lógicas diferenciadas, seus olhares desconhecidos. Progressivamente, a cultura feminina ganhou visibilidade, tanto pela simples presença das mulheres nos corredores e nas salas de aula, como pela produção acadêmica que vinha à tona. Histórias da vida privada, da maternidade, do aborto, do amor, da prostituição, da infância e da família, das bruxas e loucas, das fazendeiras, empresárias, enfermeiras ou empregadas domésticas, fogões e panelas invadiram a sala e o campo de observação intelectual ampliou-se consideravelmente.

Do ponto de vista mais amplo, a entrada rápida e intensa das mulheres nas universidades, espaços tradicionalmente masculinos, não significa necessariamente uma mudança substancial nas relações de gênero, embora delineie um novo contexto. Se por um lado houve uma *feminização* do espaço público, por outro o abandono masculino dessas esferas pode apontar uma manutenção de construções sociais tradicionais que continuaram influenciando a prática

---

<sup>67</sup> Cf. VENTURINI, Ana Carolina. *A presença das mulheres nas universidades brasileiras: um panorama de desigualdade*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. p 1-15. Disponível em: <[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500230828\\_ARQUIVO\\_AnnaCarolinaVenturini\\_Texto\\_completo\\_MM\\_FG.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500230828_ARQUIVO_AnnaCarolinaVenturini_Texto_completo_MM_FG.pdf)>. Acesso em: 26 de abril de 2019.

cotidiana. As pistas para tal questão surgem somente da articulação da variável escolaridade com outras dimensões da vida social, de modo a explicitar de que maneira o título universitário influenciou (ou não) mudanças na inserção dessas mulheres, em especial no mercado de trabalho e, de modo mais geral, em sua identidade. A visão geracional reflete uma importante dimensão desse processo: as diferenciações internas do próprio grupo de mulheres com nível universitário.

O olhar para a trajetória das mulheres com nível universitário consolida a análise de um grupo que manifesta e reflete contradições do próprio processo de mudança nas relações de gênero na sociedade brasileira, no atual momento histórico: ao mesmo tempo que indica sinais expressivos de novos modelos do feminino (menos articulados exclusivamente ao espaço doméstico), também apresenta traços marcantes de uma cultura patriarcal (ainda) presente em diversas esferas da vida social.

A abertura do leque de cursos universitários concluídos pela nova geração de mulheres é reflexo de mudanças históricas de natureza dialética. Por um lado, o aparecimento e a difusão de ideias e valores diferentes dos tradicionalmente vigentes, frutos da luta das mulheres, acabam por estabelecer novos códigos e práticas no campo das relações sociais, que resultam na crescente opção feminina por carreiras de maior prestígio. Por outro, a efetiva entrada das mulheres nos cursos universitários historicamente masculinos influencia diretamente na construção de novas identidades sociais. Ou seja, o fenômeno reflete um quadro mais amplo de mudanças nas relações de gênero, reforçando-as e estruturando-as ao instaurar novos elementos na realidade social.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho é frequentemente destacada como momento fundamental de um novo contexto, no qual identidades femininas menos articuladas ao mundo doméstico emergem e a reestruturação do modelo tradicional de família aparece como marca das mudanças em curso. O papel da educação formal como vetor de ampliação do universo de escolhas das mulheres também é fundamental para a compreensão dessa dinâmica, uma vez que instaura novos desejos e constrangimentos, seja no campo familiar ou no mundo do trabalho. Apesar do desafio que ainda representa a análise da relação ou mesmo da possível causalidade entre esses processos sociais, o papel central da escolarização como elemento explicativo ou vetor de mudanças importantes no campo das relações simbólicas e de poder entre homens e mulheres é, em certa medida, uma questão consensual.

## 2.2 – A História das Mulheres e a Epistemologia feminista

A questão que busco desenvolver, não é apenas sobre as mulheres se formarem ou terem acesso ao ensino superior, mas também compreender que tipo de barreiras podem existir pelo fato de ser mulher, pela sua existência como mulher por si só. Por isso para ser possível aprofundar nesse apagamento das mulheres dentro da história da historiografia, precisamos necessariamente abordar gênero, que segundo Heleieth Saffioti (2015), “Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresenta muitas utilidades como tais. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja a investigação tem demandado muito investimento intelectual.” (SAFFIOTI, 2015, p.47). A partir do momento, que é possível identificar a construção de hierarquias baseadas em raça, gênero e classe, com a colaboração dos números apresentados no último capítulo, em que se notou a entrada massiva de mulheres na pós-graduação, no entanto, essa entrada não resulta também numericamente em publicações, altos cargos ocupados, livros publicados, participações em bancas, gestões de representação administrativa da área de História, etc.

A história das mulheres pode fornecer também um novo prisma para analisar as mudanças sociais, relacionando-a com o indivíduo ou com o grupo. Michelle Perrot (2016) no livro *Minha História das Mulheres* reflete sobre a dificuldade com relação às fontes para escrever história sobre mulheres, pois esta presença é constantemente apagada, até por falta de registro, e a gramática contribui para isso, pois quando há mistura de gêneros, usa-se o masculino plural. As estatísticas são quase sempre assexuadas, pelo casamento as mulheres perdiam seu sobrenome, sendo uma autodestruição da memória feminina.

De maneira geral, a presença das mulheres nesses arquivos se dá em função do uso que fazem da escrita: é uma escrita privada, e mesmo íntima, ligada à família, praticada à noite, no silêncio do quarto, para responder às cartas recebidas, manter um diário e, mais excepcionalmente, contar sua vida. Correspondência, diário íntimo, autobiografia não são gêneros especificamente femininos, mas se tornam mais adequados às mulheres justamente por seu caráter privado. De maneira desigual. (PERROT, 2016, p. 28)

Joan Scott (2011) no artigo *História das Mulheres*, associa a história das mulheres com a política feminista como ponto de partida, a fim de criar um campo de questionamentos que

documentaria todos os aspectos da vida das mulheres no passado. A maior parte da história das mulheres tem buscado de alguma forma, incluir as mulheres como objetos de estudo e sujeitos da história. Tem tomado como verdadeira, a ideia de que o sujeito universal poderia deixar de ser universalizado, e proporcionar evidências e interpretações sobre as várias ações e experiências de minorias que ficam ocultas no passado. Scott reafirma que a história das mulheres passou menos tempo documentando a vitimização das mulheres e mais tempo afirmando a distinção da ‘cultura das mulheres’, criando assim uma tradição histórica, a que as feministas poderiam apelar como exemplos de atividade das mulheres para provar sua capacidade de fazer história. Por isso, reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como ‘verdadeiros’, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado.

(...)que a história das mulheres traz à luz as questões de domínio e de objetividade sobre as quais as normas disciplinares são edificadas. A solicitação supostamente modesta de que a história seja suplementada com informação sobre as mulheres sugere não apenas que a história como está é incompleta, mas que o domínio que os historiadores têm do passado é necessariamente parcial. (SCOTT, 2011, p. 81)

No Brasil, as vicissitudes relacionadas à história das mulheres ganham maior força a partir da expansão de alguns direitos e oportunidades, tanto na qualidade de vida das mulheres, quanto no imaginário coletivo. E é ao longo da década de 1980, que emerge o que se poderia considerar uma segunda vertente das produções acadêmicas sobre as mulheres. Aí floresce um conjunto de estudos preocupados em revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista (RAGO, 1995, p.82). Confere-se um destaque particular à sua atuação como sujeito histórico, e, portanto, à sua capacidade de luta e de participação na transformação das condições sociais de vida. Assim como, péssimas condições de trabalho, os salários inferiores aos dos homens, o assédio sexual, as inúmeras formas da violência machista foram temas que ocuparam as páginas das obras que se dedicaram à mulher trabalhadora e que acabaram por identificá-la como produto das determinações econômicas e sociais, vítima das injunções do sistema, dando pouco destaque à sua dimensão de sujeito histórico, consciente e atuante. Assim, ao retirar as mulheres do silêncio produzido por um discurso historiográfico centrado no homem, a história social das mulheres conflui com as demandas do feminismo que buscava uma maior visibilidade no espaço público, e com a desconstrução de mitologias misóginas que obstaculizavam nosso crescimento pessoal e

profissional. Como exemplos, temos o livro da norte-americana June Hahner *A mulher no Brasil*<sup>68</sup> publicado em 1978 momento considerado de emergência da categoria “mulher”. (PEDRO, 2011, p. 271).

Na filosofia, coube à Simone de Beauvoir em 1949, com a publicação de *O Segundo Sexo* marcar o início da reflexão sobre subalternidade feminina, que anos depois foi encampado pelos chamados estudos de gênero. Beauvoir parte da premissa de que a hierarquia entre masculino e feminino está dada pela mesma oposição cultura/natureza. A partir da publicação deste livro, esse suposto destino biológico das mulheres passa a ser questionado e forma-se a ideia de que o sexo é biológico e o gênero é socialmente construído. A partir da dessemelhança sexo/gênero, delineiam-se os argumentos para pensar a diferença sexual como produto da cultura e não como essência da modelação dos papéis sexuais. Nesta abordagem, indivíduos nascidos e classificados como homens e mulheres seriam socializados para agir, pensar e sentir segundo roteiros culturalmente construídos em posições vinculadas ao sexo biológico. São perspectivas que trabalham com base na construção cultural dos papéis de gênero e tendem a conceber as relações entre os sexos e a partir de pressupostos de costume e estabilidade social.

A desnaturalização do gênero feita por Beauvoir foi ponto de partida para diversas pesquisadoras. Ao mostrar que ninguém nasce mulher, torna-se mulher, a filósofa rompe com a visão determinista biológica, elucidando que os valores e comportamentos femininos são construídos socialmente. O problema reside na afirmação de que, por ter úteros e ovários, a mulher seria inferior – em sentido político, moral e intelectual – em relação ao homem. Essas significações hierarquizadas diante das diferenças sexuais colocam o feminino numa situação de desvalorização permanente perante o masculino. E é exatamente isso, que a autora inverte ao colocar questões da mulher, do gênero e da existência sexuada no centro de uma discussão que é de ordem política, mas também filosófica. Beauvoir renovou perspectivas teóricas que contribuíram para o feminismo abrindo caminho para diferentes correntes de pensamento que se valem da proposição inicial dela para pensar a transgressão das normas de gênero.

Sobre esta subalternidade, Gayatri Spivak (2010) pode auxiliar, pois explica como as mulheres se encontram duplamente na obscuridade, pois mesmo que ambos os sexos são objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção intelectual, o sujeito subalterno

---

<sup>68</sup> Cf. HAHNER, June. *A Mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na submissão.

Butler (1990) dá um passo a mais na teoria feminista com a publicação do livro *Problemas de gênero* em 1990, fomentando espaço para a emergência da teoria queer, que tem entre seus objetivos a crítica da heterossexualidade normativa. Para ela, aceitar o sexo como um dado natural e o gênero como um dado construído, determinado culturalmente, seria aceitar também que gênero expressaria uma essência do sujeito. Seu gesto político-histórico foi afirmar que não há verdade do gênero. Ao indicar que não há essência ou identidade nas características corporais, a autora propõe outras dimensões, escapando assim do binarismo do gênero.

Assim, para entender o papel do gênero nas diversas atividades epistêmicas, Patrícia Ketzer (2017) sugere a utilização da epistemologia feminista que pode contribuir como um campo de pesquisa da Epistemologia Social. Considerando que há preconceito de gênero infiltrado nas mais variadas áreas do conhecimento humano, um dos papéis da epistemologia feminista seria elucidar esses preconceitos e questioná-los. A epistemologia feminista questiona esses conceitos e se pergunta se uma revisão conceitual bloquearia movimentos sexistas na produção do conhecimento.

Pode-se realizar pesquisa quantitativa; ainda que tenha havido um amplo debate acerca de ser um método de pesquisa masculinista e que menospreza experiências femininas, hoje se reconhece sua importância para pesquisa feminista, assim como a relevância das pesquisas qualitativas, que possibilitam um acesso a experiências e significados de vidas femininas. Considera-se que tanto homens quanto mulheres podem realizar pesquisa a partir de uma abordagem feminista, ainda que seja controverso e amplamente discutido se homens podem ser pesquisadores feministas. O desenvolvimento de metodologias feministas é o que na prática possibilita a modificação das problemáticas que a Epistemologia Feminista levanta, acerca de uma produção do conhecimento androcêntrica. (KETZER, 2017, p. 105)

Margareth Rago (1995) recupera o deslocamento das mulheres sendo retiradas do silêncio produzido por um discurso historiográfico centrado no homem, a história social das mulheres conflui com as demandas do feminismo que buscava uma maior visibilidade no espaço público, e com a desconstrução de mitologias misóginas que obstaculizavam nosso crescimento pessoal e profissional. É interessante notar, como a autora destaca que as pesquisas com relação a gênero ainda são incipientes naquele momento, ao passo que atualmente está cada vez mais em expansão:

Ainda são poucos os trabalhos que utilizam explicitamente a categoria de gênero, aparecendo com mais frequência nos estudos antropológicos, ao menos no Brasil. No entanto, não há dúvidas de que a incorporação da dimensão “relações de gênero”

ganha espaço nas reflexões dos historiadores, juntamente com um crescente interesse em se realizar estudos interdisciplinares. (RAGO, 1995, p. 88)

Em outro artigo, Rago (1998) também destaca a importância de consolidar a epistemologia feminista como campo de produção de conhecimento, e seriedade para pesquisadores(as) sobre o tema, que tem produzido críticas contundentes sobre as formas de dominação presentes e propor um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Mais do que nunca, a crítica feminista evidencia as relações de poder constitutivas da produção dos saberes, logo as teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas. Outro argumento que tonifica a discussão, é sobre o feminismo propor uma mudança entre teoria e prática, não mais com um agente epistêmico imparcial e isento, em que o cientista precisa estar totalmente desvinculado do seu objeto. Ao contrário, através do envolvimento do sujeito com seu objeto que permitiria produzir um conhecimento neutro, livre de interferências subjetivas.

Scott inaugurou, na década de 1980, com a publicação de *gênero como uma útil categoria de análise*<sup>69</sup> que há uma relação complexa no uso do termo gênero. Nesse artigo, a autora salienta que a disciplina História não era apenas o registro, e sim a forma como os sexos se organizavam e dividiam tarefas e funções através do tempo, pois a narrativa histórica nunca é neutra, e quando apenas relata fatos em que homens estiveram envolvidos, constrói, no presente, o gênero, sendo uma narrativa sobre o sexo masculino. Quando as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos, principalmente, as que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico.(SCOTT, 1989, p.2). Além de ligações explícitas entre o gênero e o poder, já que frequentemente, a ênfase colocada sobre o gênero não é explícita, mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino. Scott manifesta como o uso do termo gênero trouxe diversos aspectos a serem analisados, como sendo utilizado para designar

---

<sup>69</sup> Cf. SCOTT, Joan. *Gender. A useful category of historical analyses. Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press. 1989.

as relações sociais entre os sexos, mas, principalmente, como forma de legitimação dos estudos feministas.

(...) visando indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa) – do feminismo. Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. (SCOTT, 1989, p. 6)

A maneira como esta nova história iria, simultaneamente, incluir e apresentar a experiência das mulheres dependeria da maneira como o gênero poderia ser desenvolvido como categoria de análise. Por isso, é crucial explorar os questionamentos que possibilitam uma história que oferece novas perspectivas às velhas questões. Que pode redefinir-las sob outras bases. Que pode tornar as mulheres visíveis como participantes ativas e estabelecer uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixada do passado e nossa própria terminologia. Além do mais, essa nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre as estratégias políticas feministas atuais e o futuro, porque ela sugere que o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça.

Mediante essa análise de Scott, podemos acrescentar outra perspectiva que é da Mirla Cisne (2014) sobre um outro elemento crítico ao conceito de gênero, que para a pesquisadora, além de pretensamente neutro e de não nomear explicitamente os sujeitos das relações sociais de sexo, o conceito de gênero tem baixo nível de compreensão fora dos contextos do que se convencionou chamar “feminismo acadêmico”<sup>70</sup>. É, portanto, um conceito cujo conteúdo, se apartado das relações sociais e raça, e da luta pela erradicação das explorações e opressões daí decorrentes, pouco oferece como arma de crítica. Ela crê, então, que gênero dificulta a compreensão da problemática que envolve as relações sociais de sexo. A começar pela ocultação que muitas vezes promove ao sujeito político mulher, especialmente quando não é utilizado de forma associada ao patriarcado e/ou à categoria mulher, a qual os estudos de gênero substitui em grande medida. Isso provoca um sério problema político em termos de

---

<sup>70</sup> Os estudos de gênero foram fortemente desenvolvidos dentro de instituições universitárias, ou seja, no espaço acadêmico, sem, muitas vezes, estarem associados à luta política do movimento feminista.

desdobramentos para o feminismo, afinal, não podemos, em nenhuma situação, ocultar o seu sujeito político central: a mulher. Sem esse sujeito, o movimento feminista perde o seu sentido e dilui o seu propósito. (CISNE, 2014, p. 67). Isso significa que existem muitas dimensões do termo gênero, e este espaço continua em disputa até hoje. Da mesma forma que podemos enxergar de forma positiva a extensão dos estudos de gênero, é preciso constantemente lembrar do que se trata esse gênero, para que de uma forma ou outra, mulheres não continuem nas sombras do sujeito masculino da História.

Mattos e Cypriano (2008) consideram que são necessárias teorias do conhecimento que reconheçam estas diferenças e que nos habilitem a trabalhar contra as relações de exploração entre as próprias mulheres bem como entre os demais polos das oposições clássicas. Enquanto o sujeito das ciências e das teorias permanecer o sujeito individualista, cartesiano, ou mesmo enquanto apenas as mulheres continuarem a trabalhar no ambiente dos movimentos feministas ou na (re)elaboração das teorias, não haverá nem justiça social e nem democracia, mas apenas seu devir. Nada impede que um homem possa produzir uma pesquisa feminista, pois sabemos que é a localização histórica dos pesquisadores (seja durante, seja depois do feminismo) aquilo que permitirá uma ciência menos enviesada. Esta epistemologia – ainda que não o deseje – já desafia a ideia de que a busca do conhecimento possa ser pensada como uma atividade individual e isolada do seu meio social. A pesquisa deve ser capaz de explicar a vida social de modo a ser útil a todos: ela deve ser capaz, também, de incluir o entendimento de mulheres, homens e das relações sociais disponíveis a partir da perspectiva da atividade das mulheres, reafirmando a possibilidade da ciência e das teorias oferecerem representações menos distorcidas do mundo ao nosso redor, com o impulso dos movimentos sociais que tornaram possível novas formas de atividades humanas, e é na base destas novas atividades que uma outra ciência ou uma outra teoria social e política poderá emergir.

### 2.3 – As relações intelectuais nas ciências humanas

É fundamental analisar as interpretações presentes nas relações de sociabilidade dentro do campo universitário no Brasil, por isso é significativo também que para compreender esses encadeamentos intelectuais e acadêmicos, eles sejam vistos criticamente. Para assimilar essas relações dentro de um campo<sup>71</sup> intelectual e de poder, Bourdieu (1983) investiga como tal é

---

<sup>71</sup> Baseando-se nas obras *Campo de poder, campo intelectual e Homo academicus*, do sociólogo francês, já que ambas me possibilitaram compreender como essas relações se estabeleciam entre as(os)

produzido por agentes, que podem ser indivíduos ou instituições, os quais criam espaços e os fazem existir nas relações que estabelecem porque ele também pressupõe confronto, tensão, poder. O campo intelectual relaciona-se a outros campos, como o literário e o científico pela circulação dos agentes entre eles. Para além das similaridades com outros campos, o intelectual é alcançado pela participação e consagração, assim, concentra dentro deles outros campos que contribuem para defini-lo, e para delimitar os objetos de disputas dos agentes do campo (competição por uma colocação política, oportunidade de publicar uma obra, conquista da autoria de uma descoberta científica).

Existem lugares de sociabilidade de uma geração – escolas, associações intelectuais, revistas, salões etc. – que podem ser indicadores valiosos para a análise de movimentos de produção e circulação de ideias. Quais são esses lugares? Como se formam e com base em que elementos e projetos se estrutura? Todas essas questões poderiam elucidar aspectos da constituição de uma formação intelectual. Nesse sentido, geração e sociabilidade podem se tornar instrumentos analíticos operacionais para se pensar a estrutura de relações sociais de um grupo. (GOMES, 1996, p.41-42). Angela de Castro Gomes (1996) sinaliza como os integrantes desta rede estão dentro de um sistema de posições, que são oferecidas por certa configuração do campo intelectual de uma época, se automatizando, mas que mantém sempre relações de poder. Assim, o pensamento sobre campo de Bourdieu pode fornecer alguns elementos metodológicos à análise aqui proposta. Afirmando que o campo de produção cultural é feito de relações de poder e, portanto, relações de forças, estratégias e interesses; o sociólogo pontua que nos variados campos são travadas lutas a fim de que estes se mantenham ou se modifiquem. O lugar que os agentes possuem, portanto, não é fixo, assim como também o campo permanece em constante movimento e reformulação. Compreender esses princípios é ter presente leis em propriedades dos campos, algo fundamental no exercício de leitura de textos e outras obras culturais. Em *Homo academicus*, Bourdieu (1984) retrata especificamente o campo acadêmico francês às vésperas dos movimentos de 1968 e faz uma crítica voraz a esse campo, retratando os espaços de dominação e conflito do qual ele mesmo faz parte e analisando seu próprio campo

---

pesquisadoras(es) nas universidades. Acredito que essas relações regiam também a vida acadêmica, como publicações, livros e a ocupação de lugares de alto patamar, e podiam ser parte da justificativa da posição margeadora das mulheres dentro dos espaços universitários. Sendo assim, alguns conceitos, como campo, fazem parte da minha hipótese sobre a criação de vários campos dentro destes intelectuais que atuam como espaços de dominação e conflito nas várias instâncias ao olhar para a história da historiografia do Brasil.

de atuação – interessante lembrar que, segundo o próprio Bourdieu, os campos devem ser analisados pelos seus pares, pois isso gera autonomia e legitimidade ao campo.

Fica claro como a formação intelectual no Brasil, está diretamente atrelada à colonização e ao seu legado cultural, político e institucional. Assim, uma explicação possível para a manutenção de certos aspectos históricos e tradicionais vem justamente da dificuldade de cortar os vínculos umbilicais das formas de sociabilidade, de organização urbana, familiar e política. A instabilidade da esfera pública no Brasil aflora a investigação sobre o conceito de cordialidade, “Pelo contrário, o homem cordial busca impor à ordem pública a lógica característica da esfera privada, trazendo para a rua os códigos da casa” (ROCHA, 2044, p.36). Rocha reflete de não se tratar de um traço psicológico, mas uma condição de homens de letras no Brasil que deverá ser cordial, ou corre o risco de ser excluído dos círculos de amizade que asseguram a visibilidade no sistema intelectual.

Com as universidades se tornando espaços de prestígio, conseqüentemente todos eram lançados numa rede hierarquizada, que está profundamente arraigada em nossas instituições de tradição cultural que reafirma constantemente o fenômeno da cordialidade como traço definidor não de nosso caráter, mas de uma forma de sociabilidade com implicações decisivas no nosso mundo sociocultural. O homem cordial ainda existe? Para Sérgio Buarque de Holanda (2014), com a urbanização ele estaria fadado ao desaparecimento, no entanto, aparentemente a cordialidade ainda é um fenômeno dentro nossas relações sociais, não no formato do nosso passado, mas que rege as relações não só dentro, como fora dos muros da universidade. Faz parte do mundo do trabalho, conhecer, ter relações cordiais, que abram portas dentro de uma carreira. Porém, dentro do nosso objetivo, essa maneira se difere quando se trata das mulheres, primeiro por alguns pressupostos da condição de fragilizada, incapacidade, sendo constantemente interrompidas, questionadas e até desmentidas, em sua competência intelectual.

Hilda Smith (2007) aponta para a natureza da história intelectual e as cortinas colocadas nas contribuições intelectuais das mulheres, como os historiadores e intelectuais, tanto aqueles com ênfases tradicionais quanto aos vínculos entre ideias arrojadas, ainda ignoram as mulheres intelectuais e as análises de gênero como meio de repensar os pressupostos de sua área de estudo. Essa comunidade fundada nessa rede de conexões está dada, são agentes institucionais que transitam por ela que não ficam registrado em currículos, nas plataformas de pesquisa das agências de fomento, artigos, resenhas, revistas, nos instrumentos de trabalho do(a)

historiador(a), e que são atitudes que se mantêm preservadas em espaços muito íntimos da memória feminina.

Maria da Glória de Oliveira (2018) certificou a permanência destes silêncios no caso da história intelectual, utilizando o termo de divisão geopolítica do trabalho intelectual que é conduzido através de assimetrias advindas das diferenças de sexo, raça e classe social que estruturam essa ramificação no campo da produção de conhecimento.

Nunca será excessivo assinalar que a pesquisa histórica, como as demais pesquisas nas ciências humanas, é um espaço constituído por hierarquias de poder, de prestígio e de influência que conformam disputas nem sempre explícitas entre modelos teóricos e agendas de investigação que, de modo predominante, são oriundos dos centros metropolitanos do chamado Norte global e difundidos por autores europeus e estadunidenses, o que, nos espaços periféricos, configura a chamada ‘dependência acadêmica’. (OLIVEIRA, 2018, p.130)

Através do livro “Quadros de Guerra”, Butler (2015) apresenta como existem modelos universais, em seu sentido estrito, que podem ser “enquadrados” como molduras e, sobre eles, são colocados tecidos diversos com imagens ou escritas capturadas que são boas aos olhos. Esses enquadramentos são baseados numa hierarquia de poder, segundo a filósofa, sendo necessário perturbar a ordem e a hierarquia da alma, e também podem desestabilizar a ordem e a hierarquia da autoridade política. Seguindo essa lógica, podemos tematizar a discussão compreendendo o enquadramento epistêmico vigente dentro destes espaços de poder de produção de conhecimento, regidos pela cordialidade, de uma dinâmica seletiva sobre o que – e quem – estaria excluído de determinados horizontes.

Seria útil uma referência ao trabalho da jornalista bielorrussa Svetlana Aleksievitch, ganhadora do prêmio Nobel de literatura em 2015, que traz questões sobre a guerra não ter rosto de mulher – assim como na ciência – mesmo elas estando presentes. Neste livro, a autora nos mostra, através de vários testemunhos, a difícil realidade das mulheres soviéticas durante os anos da Segunda Guerra Mundial. E como as mulheres não pensavam a guerra de forma distinta por serem mulheres, mas diante da sociedade patriarcal, as mulheres eram vistas de forma diferente no *front*. Sofriam discriminações e com o paternalismo, precisavam a toda hora provar o seu valor e justificar sua presença ali.

## 2.4 – Trajetórias sobre o ‘ser historiadora’

Aos poucos, várias pesquisas sobre mulheres, gênero, feminismo se multiplicaram. Temos estudos de historiadoras que investigam história das mulheres de uma perspectiva de gênero ou não, surgindo nas diferentes áreas, e também trabalhos sobre a trajetória de historiadoras brasileiras; como o trabalho sobre história das mulheres da historiadora e professora da UFF, Rachel Soihet que publicou em 1989 o livro *Condição Feminina e formas de violência – mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*, esta obra se insere também na nova tendência historiográfica com os variados aspectos do cotidiano das diferentes classes sociais. Na área dos estudos literários é o da ensaísta Heloísa Buarque de Holanda e Lúcia Nascimento Araújo que, na obra *Ensaístas Brasileiras*, publicada em 1993, apresenta um estudo que fundamenta verbetes criados para nomear escritoras que fazem parte de toda uma formação intelectual brasileira, especificando a relevância da participação feminina nos anos 1860 a 1991.

A partir do final dos anos 70, o tema “mulher” pouco a pouco passa a ser considerado objeto legítimo de pesquisa acadêmica, assim como assunto de jornais e revistas especializados. Começava a delinear-se, entre nós, um novo campo de trabalho crítico, na maioria dos casos identificado com o desenvolvimento do pensamento teórico feminista que emerge, com força total, na Europa e nos Estados Unidos, a partir dos movimentos contestatórios da década de 1960. (HOLANDA, 1993, p. 27).

Em 2008, o livro *Vozes femininas: do Império e da República* é publicado por professoras também de diferentes áreas, com um compilado de textos reunidos que revelam a contribuição feminina para a construção de uma reflexão sobre a educação das mulheres no Brasil e em Portugal, além de permitir o conhecimento de práticas destinadas às mulheres nos séculos XIX e XX. A historiadora e professora da UNICAMP Margareth Rago traz à cena a militância anarquista brasileira, mas pelo ponto de vista da presença feminina na nascente classe operária brasileira. Apresenta o papel que o discurso anarquista exerceu ao instaurar os primeiros questionamentos das hierarquias entre os gêneros e ao afirmar o direito feminino ao trabalho fora do lar no livro *Do Cabaré Ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar e a Resistência Anarquista – Brasil 1890-1930* publicado em 2009. E o mais atual livro *Nova História das Mulheres no Brasil* publicado em 2016, com organização de Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro que narra diversos processos que enfatiza que as mulheres no Brasil têm uma história, e como houve um aumento exponencial nos números de trabalhos sobre isso. Os 22 ensaios que a compõem, abordam variados aspectos das conquistas femininas atuais, apresentando mudanças e permanências, recorrendo, por vezes, aos fins do século XIX.

Em 2018, após defender na UFRJ em 2017 sua tese, a historiadora Patrícia Aranha problematiza o igual apagamento das mulheres na constituição da disciplina Geografia no Brasil, e conseqüentemente, escreve um breve ensaio<sup>72</sup> sobre a construção de uma história da ciência destacando a importância dessas mulheres no desenvolvimento da geografia brasileira realizando um trabalho com entrevistas que constituem fontes privilegiadas pelas quais as entrevistadas dizem não apenas sobre si mesmas, mas sobre a história de seu campo e sua dinâmica durante o processo de institucionalização.

Suponho que investigar o percurso de algumas mulheres que fizeram parte da tentativa de entrada neste arranjo universitário, propicia captar melhor como, efetivamente, surgiam dificuldades para a execução de mulheres no trabalho intelectual. As experiências buscam concretizar em parte o que é discutido e questionado dentro deste trabalho. Afinal, elas politizam a universidade, os cursos, através de trajetórias profissionais, muitas vezes trazendo o gênero como chave norteadora de compreensão de tais processos. Um exemplo disso, é a professora e historiadora Maria Yedda Linhares que tece comentários e levanta outros questionamentos que contribuem para reforçar mais uma vez os espaços de poder:

(...) outra questão grave, era a escolha do assistente. Como escolher os auxiliares? Havia aquele grupo de “despotismo esclarecido” que raramente era esclarecido — e outros (...). Nem tão numerosos como gostaríamos que tivessem sido. Esse sistema de cooptação foi ou não o melhor? Podíamos contar sempre e permanentemente com a clarividência do catedrático para escolher os melhores? Por isso eu me bati muito, junto com um grupo diminuto, pela carreira do magistério na Faculdade, a carreira universitária. Dos quarenta e tantos professores catedráticos (da Faculdade Nacional de Filosofia) da época, talvez uns dez tivessem certa clareza sobre o que deveria ser uma universidade (...). (LINHARES apud FÁVERO, 2000, p.8).

Em artigo sobre Maria Yedda Linhares, Liblik (2016) desenvolve como a professora fez parte de uma geração de historiadoras que foram as primeiras mulheres a ingressarem nos cursos superiores de História a partir da década de 1930. Iniciou seus estudos na extinta Universidade do Distrito Federal (UDF), porém no segundo ano de faculdade, entre 1940 e 1942, Yedda conseguiu uma bolsa no Institute of International Education em Nova York, nos Estados Unidos, quando retornou terminou o bacharelado e a licenciatura Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), em Geografia e História na Universidade do Brasil. Maria Yedda destacou-se não somente como professora e pesquisadora, mas também pelo comprometimento com os embates políticos e ideológicos da época, foi presa três vezes e, assim como outros professores,

---

<sup>72</sup> ARANHA, Patrícia Marinho. Geografias Femininas: papel do gênero na geografia brasileira, 2018. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/geografia-feminina-papel-do-genero-na-geografia-brasileira/>> Acesso 3 de jun. 2019.

aposentou-se compulsoriamente em 1968 quando já era professora titular de História Moderna e Contemporânea da UFRJ. Com o processo de redemocratização, ela foi anistiada em 1979 e em 1980 reintegrada à UFRJ, chegando a liderar um grupo de pesquisadores responsáveis pelas histórias agrárias no contexto da economia colonial brasileira. Ela foi mais que uma intelectual que desenvolve e escreve pesquisas: agiu na universidade, criou campos de discussão política, participou de grupos, construiu e ampliou redes de sociabilidade e pertencimento.

Maria Yedda e tantas outras mulheres historiadoras da primeira geração, não foram apenas docentes e pesquisadoras em História distanciadas das realidades do seu país, mas sim mulheres que interpretavam as condições sociais, políticas e econômicas e desejavam mudanças por meio da participação política. (LIBLIK, 2016, P.128)

*O caminho percorrido* (1984) é um exemplo de uma tentativa de contar sobre si mesma, escrito por Alice Canabrava por solicitação das sociólogas Eva Blay e Alice Lang que tomaram a iniciativa de reunir depoimentos das primeiras alunas da USP para ser apresentado na reunião da SBPC, onde outras professoras universitárias estariam. Nessa reunião, o conjunto de narrativas memorialísticas e autobiográficas vem ao encontro da necessidade de professoras e pesquisadoras universitárias de externar experiências passadas, muitas vezes difíceis e conflituosas, no contexto da inauguração dos primeiros cursos superiores da FFCL. (LIBLIK, 2016). Isso confluiu para a publicação do livro *Mulheres na USP: Horizontes que se abrem* das pesquisadoras Blay e Lang abordando mulheres falando um pouco das suas trajetórias e entrada na USP nos anos 1930, que até então as mulheres permanecia na História como figuras silenciosas – clandestinas – e em grande parte obscura, a inserção nas universidades que começa a mudar isso. Mesmo se tratando de um outro quadro temporal, ele começou a tomar formas ainda na década de 1980, o que contribuiu para mudanças na visão das próprias professoras ao analisar suas trajetórias.

Entre as historiadoras presentes neste livro, estão Alice Piffer Canabrava<sup>73</sup> que se licenciou em Geografia e História em 1938, pela FFCL. Doutorou-se em História em 1942, com tese em História Econômica. Quatro anos depois de conquistar o título de doutora, tornou-se Livre-Docente de História da Civilização Americana da FFCL e, em 1951, obteve título de professora catedrática de História Geral e do Brasil, da Faculdade de Economia e Administração da USP, exercendo função até 1981. Canabrava foi também uma das pioneiras no

---

<sup>73</sup> Cf. Prof. Dr. Otávio Erbereli Júnior tem mestrado e doutorado na Universidade de São Paulo sobre a professora. Sua tese é intitulada “A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio (1935-1997)”, sendo orientado pela Profa. Dra. Raquel Glezer na USP.

desenvolvimento de pesquisas voltadas à História Quantitativa e História Econômica na Universidade de São Paulo, além de ter sido uma das fundadoras da Associação dos Professores Universitários de História (ANPUH), bem como da Revista Brasileira de História (RBH), aqui o leitor irá se deparar com alguns fragmentos extensos, porém significativos, sobre sua tentativa de concorrer no concurso de cátedra na USP:

Deste modo, involuntariamente, emergi aos olhos dos meus colegas masculinos, como possível candidata ao provimento efetivo da cadeira de História da América, a ser posta em concurso. Até então, o relacionamento com esses colegas havia sido muito afável, diria até não isento de estima pessoal. A partir de então, o círculo de hostilidade subterrânea começou a se desenhar para mim com evidência, a se apertar anonimamente numa outra ocorrência da atividade universitária sem alterar a aparência da superficial cordialidade. (...) A pesquisa história, desde minha licenciatura, absorvia quotidianamente muitas das minhas horas; reservava as férias para o trabalho na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Passei, então, a solicitar documentação na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, referente às Antilhas, e logo percebi que esta correspondência, cartas e caixas com rolos de microfilmes, chegava a mim violada. O mesmo acontecia com as cartas trocadas com a Fundação Rockefeller, com a qual estava tentando obter uma bolsa de estudos, de alguns meses, para consultar os arquivos de algumas ilhas daquela área. Na biblioteca da Faculdade, qualquer obra que requisitasse ou estaria fora do lugar, ou, após a primeira consulta, não seria mais encontrada para prosseguimento. Outras armadilhas não lograram êxito e delas tive conhecimento depois de vários anos passados. (...) um funcionário da Faculdade, como o próprio me contou em anos recentes, foi incumbido de me seguir diariamente e dar conta dos lugares que frequentava. Ouvi conselhos e insinuações de que não devia desafiar a hostilidade já constituída: iria ser fatalmente reprovada. (...) Apesar de obter a média mais alta no conjunto das provas, estas não se constituíam em base do critério para indicação ao cargo de professor catedrático, segundo o regulamento vigente. Esta decidia com a votação pelos membros da banca. Deste modo, fechados e protegidos pela organização interna do grupo, os colegas do sexo masculino se favoreciam de uma estrutura legal, por eles elaborada, para servir a seus interesses. Verificando-se o empate na votação, coube ao presidente da banca a decisão final e a tomou a favor do meu concorrente, sob a justificativa de que já se encontrava no exercício do cargo como professor contratado. (CANABRAVA, 2004, p.99-102)

Mas, o esforço de Alice Canabrava não fora inócuo. Organizava-se em 1946 a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, para a qual ela se transferiu de imediato. Tornou-se a primeira professora catedrática da Universidade de São Paulo em 1951, após concurso de provas e títulos.

Conforme o Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de 1939 a 1949, 1950, 1951 e 1952, apenas o nome de Alice Canabrava consta na lista do corpo docente como representante feminina. Ela compartilhava o métier com Alfredo Ellis Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Eurípedes Simões de Paula, Astrogildo Rodrigues de Mello, Eduardo d'Oliveira França, Pedro Moacyr Campos, Odilon Araújo Grellet, Plínio Marques da Silva Ayrosa, Aroldo Edgard de Azevedo, Ary França, João Dias da Silveira. Grande parte desses homens foram seus colegas de turma e conquistaram as cátedras depois que também defenderam suas teses de doutorado. (LIBLIK, 2016, p. 94)

Outra historiadora presente no livro é Olga Pantaleão que também se licenciou em Geografia e História pela FFCL da USP em 1938. Em 1944 tornou-se doutora em História pela

mesma Faculdade. Entre 1939 a 1947 assumiu o cargo de Primeira Assistente e depois Professora Interina da Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea. Foi fundadora do campus de Marília da UNESP e Professora Titular de História Moderna e Contemporânea na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, de 1959 a 1975. De 1966 a 1976 foi Professora Visitante de História do Brasil e História da América Latina na Universidade de Indiana, Estados Unidos. Assumiu os cargos de Vice-Diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, de 1963 a 1965 e de Diretora da mesma Faculdade, de 1971 a 1975. Em sua carreira tornou-se, também, Sócia Titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Olga Pantaleão contribuiu com artigos relacionados à presença inglesa no Brasil, publicados na obra *História Geral da Civilização Brasileira*, organizada por Sérgio Buarque de Holanda. Pantaleão comenta:

Finalmente a cátedra, posto final da carreira universitária na época, estava bem fora do alcance das mulheres: erguia-se uma muralha masculina contra a simples possibilidade. (...) durante quase um ano, de julho de 1946 a junho de 1947, mais uma mulher, eu mesma, pode aparecer neste quadro, regendo interinamente a cadeira de História da civilização moderna e contemporânea. Durou pouco tempo: por pressão do grupo masculino dominante no curso de Geografia e História tive de deixar a Faculdade tendo feito o restante da minha carreira fora da USP". (PANTALEÃO, 2004, p.133-144)

Canabrava e Pantaleão expressam o que pode ser interpretado como as dificuldades de serem reconhecidas num espaço profissional que, em seu início, era predominantemente masculino. Assim como as professoras não especificam como foi essa “reação masculina contra as mulheres”. Seria uma reação por parte dos colegas de turma? Ou seriam, sobretudo, os professores catedráticos que não desejavam compartilhar suas cadeiras com mulheres? Não é possível saber exatamente que tipo de hostilidades elas sofreram, nem o quanto isso impactou e modelou suas carreiras.

Se por um lado direcionamos nossa análise naquilo que foi dito, por outro, devemos também refletir sobre o que não foi dito ou parcialmente dito. Além disso, há de se considerar a preocupação de todo intelectual, independente da área que atua, em preservar uma imagem pública sólida e respeitável. Os depoimentos das historiadoras podem revelar facetas de uma sociedade que estava vivenciando o ingresso das mulheres na universidade e, por extensão, na vida pública. Em termos profissionais, eram poucas as oportunidades que elas tinham para desenvolver uma carreira que não se restringisse ao “cuidado do outro”. Mas a realização de

um curso superior e a dedicação à carreira universitária modificaram, aos poucos, as relações de sociabilidade entre mulheres na esfera pública.

Por meio destas ferramentas analíticas que o discurso pode oferecer, podemos perceber as maneiras como elas expressam as dificuldades de serem reconhecidas num espaço profissional que, em seu início, era predominantemente masculino. Porém, trabalhar com testemunhos exige uma metodologia e teoria específicas, Joutard (2007) relembra que a história é uma investigação. O historiador deve combater o esquecimento e não pode se permitir negligenciar os fatos importantes, mesmo se ele os hierarquiza e os classifica. E Thomson (1997) pondera sobre as tentativas de descobrir uma história isolada, estática da memória individual e a pluralidade das versões sobre o passado fornecidas por diferentes narradores, alguns profissionais descuidavam-se das razões pelas quais as pessoas constroem suas memórias de modo específico e não conseguiam enxergar como o processo de afloramento de lembranças poderia ser a chave para ajudar a explorar os significados subjetivos das experiências vividas e a natureza da memória individual e da memória coletiva.

Estas histórias revelam como a profissionalização das mulheres não é um processo desarticulado das conjunturas inerentes à vida privada e ao mundo da casa, falar de suas trajetórias profissionais significa demonstrar suas qualidades, sociabilidades, cargos ocupados e as instituições pelas quais passaram. Mesmo com o acesso à educação superior não foi suficiente para mudar os desequilíbrios e as desigualdades de gênero, principalmente em um espaço profissional no qual a alta qualificação, a formação continuada, a produção científica e a circulação e visibilidade nacional e internacional são indispensáveis à ascensão e ao prestígio na carreira. Sendo a história um campo profissional que se constitui a partir de um amplo conjunto de métodos, regras, experiências intelectuais e sociais. Além de toda a dedicação para a pesquisa, existe o desejo de um currículo desejado, que é aquele que inclui, pesquisas realizadas no exterior e participação em congressos, que na maioria das vezes, ocorrem em diferentes estados e países, gerando a necessidade de que historiadores e historiadoras se qualificassem no exterior. Esse deslocamento e a ausência temporária eram consequências inevitáveis para esses profissionais, com família ou sem família, obviamente, atingiam de formas diferentes as historiadoras.

Nessa perspectiva, a investigação do trabalho intelectual sobre a trajetórias de historiadoras brasileiras nas universidades, em sua historicidade, está sendo considerado como um movimento astuto, no espaço, no tempo e no corpo das agentes que nele se projetaram.

Apreciaria citar, mais pesquisas que foram e vêm sendo desenvolvidas por tantas pesquisadoras(as) qualificadas(os), que agregam à história da historiografia. Como da Daiane Vaiz Machado com a tese defendida na UNESP-Assis em 2016, sobre o percurso intelectual de Cecília Westphalen, focando no entendimento das formas de organização do historiador no campo da historiografia brasileira. Sendo assim, problematizando como Westphalen construiu sua identidade como historiadora, concomitante ao seu engajamento na constituição da História como disciplina científica, sem ser uma pesquisa que, de fato, analisa do prisma de gênero, mas através da investigação da organicidade da operação historiográfica.

Carmem Liblik, já citada aqui pelos seus artigos, soma com a sua tese defendida em 2017, em que trouxe um trabalho árduo e pioneiro com relação a trajetórias de historiadoras brasileiras. A pesquisa é surpreendente, principalmente, por todo o material envolvido nela, foram realizadas entrevistas orais com 15 historiadoras entre 2013 a 2015<sup>74</sup>. Sendo elas: Laura de Mello e Souza (USP), Leila Mezan Algranti (Unicamp), Maria Ligia Coelho Prado (USP), Magali Gouveia Engel (UFF), Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ), Ana Maria Burmester (UFPR), Joana Maria Pedro (UFSC), Ismênia de Lima Martins (UFF), Suely Gomes Costa (UFF), Maria Luiza Marcílio (USP), Maria Helena Rolim Capelato (USP), Aidyl de Carvalho Preis (UFF), Rachel Soihet (UFF), Helena Isabel Mueller (UFF, UEPG), Maria Ignes Mancini de Boni (UFPR). A autora salienta que o roteiro de perguntas contém temas relativos à vida pessoal e por isso foi tomada a decisão, de comum acordo, de não evidenciar seus nomes das historiadoras na tese.

Conforme Liblik (2017), apesar de diversos fatores, em alguns dos depoimentos transcritos, as pessoas entrevistadas não concordam sobre haver diferenças na maneira como homens e mulheres produzem o conhecimento histórico. Isto é, elas partem da ideia de se compreender a pesquisa histórica em termos de "competência", e assim, tanto as mulheres quanto os homens possuiriam a mesma capacidade. Nessa perspectiva, do ponto de vista profissional (análise de fontes, aplicação metodológica, reflexão teórica e escrita), os relatos consideram que o gênero não seria um registro que diferenciaria a prática histórica. Porém, a diferença começa a aparecer em suas reflexões quando se trata da escolha dos temas e objetos de pesquisa, apontando que foram as mulheres que trouxeram os estudos de gênero, a história

---

<sup>74</sup> Além delas, segundo Liblik para auxiliar a análise e estabelecer um contraponto crítico e comparativo das trajetórias acadêmicas, também entrevistou no ano de 2015 com os historiadores Euclides Marchi (UFPR), Sergio Odilon Nadalin (UFPR), Edgar De Decca (UNICAMP) e Elias Saliba (USP).

das mulheres e das crianças, bem como o mundo doméstico, aplicando em muitos casos uma mirada feminista sobre estes temas. E além disso, existia a preocupação da preservação de uma imagem pública, mesmo sabendo que seus nomes não seriam revelados, ainda se manifesta no momento de falar de si e das experiências passadas.

Pedro Conterno Rodrigues mestre pela UNICAMP, com dissertação defendida em 2018, faz um exercício de reflexão a respeito da professora Emília Viotti da Costa. A dissertação percorre, principalmente, sobre a metodologia da pesquisa da historiadora em questão, porém no capítulo sobre sua carreira fica evidente as questões relacionadas a sua posição como mulher e professora. Na USP quando, por exemplo, em 1956 foi contratada como professora assistente pela cadeira de História Moderna e Contemporânea, e após anunciar sua gravidez “o professor Oliveira França me fez um discurso dizendo que se eu pretendia ter filhos nunca seria uma intelectual. Furiosa, disse a ele que, se pretendia cercear minha vida pessoal, eu preferia me demitir”<sup>75</sup>. Nos EUA, “quando finalmente foi efetivada como professora da Universidade de Yale, tornando-se a única mulher professora com contrato vitalício entre as setenta e sete pessoas que compunham o Departamento de História” (RODRIGUES, 2018, p.44) passou a ser considerada por muitos colegas de departamento como concorrente e com isso as opressões de gênero passaram a se explicitar com maior intensidade. Emília Viotti da Costa é certamente a mulher que mais se destacou como professora de história brasileira nos EUA e é responsável por formar nesse país uma geração de importantes historiadores brasilianistas e estudiosos da América Latina.

Outra historiadora que gostaria de destacar é Maria Odila Leite da Silva Dias, com mestrado e doutorado sobre Robert Southey, orientada pelo professor Sérgio Buarque de Holanda na Universidade de São Paulo. Realizou estágios de pesquisa no British Museum, na Bodleian Library da Universidade de Oxford, na Universidade de Yale e na Library of Latin American Studies da Universidade do Texas, em Austin. Foi bolsista pesquisadora da John Simon Guggenheim Foundation e Visiting Professor da Fundação Tinker. Atualmente é Professora Titular aposentada da Universidade de São Paulo, onde mantém atividades de orientação de mestrado e doutorado. Recebeu o título de Professora Emérita da Faculdade de

---

<sup>75</sup> Cf. BASSETTO, Sylvia. Entrevista com Emília Viotti da Costa. São Paulo, Revista da Adusp, 1999, p. 21. Apud RODRIGUES, Pedro Conterno. Emília Viotti da Costa: contribuições metodológicas para a historiografia da escravidão. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, área de concentração História Econômica) Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], p.31, 2018.

Filosofia da USP em 2013. Foi Professora Associada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, de 1996 a 2013, quando se aposentou.

Além da sua trajetória acadêmica, busquei citá-la pois enfatizo o percurso de suas pesquisas também, apesar de ter iniciado com estudos tradicionais sobre historiografia brasileira, notou-se uma inclinação sobre história das mulheres com o publicação do livro *Quotidiano e Poder*<sup>76</sup> em 1984 refletindo sobre as experiências das mulheres pobres, negras, livres, escravas e forras que buscavam meios para sobreviver na incipiente urbanização de São Paulo no século XIX. A partir então da década de 1980, a pesquisadora se dedica mais a trabalhos<sup>77</sup> não só sobre história das mulheres, como também passa a investigar a epistemologia feminista, encarando a inevitabilidade de estudar novas subjetividades na historiografia. Ainda não temos uma investigação mais detalhada sobre as notáveis contribuições da professora Maria Odila Leite da Silva Dias para a história da historiografia, mas diante da sua trajetória de pesquisa é interessante observar a imersão nos assuntos relacionados a mulheres e feminismo, mesmo considerando o fato de que a maioria das professoras universitárias não se intitulavam como feministas e na maioria das vezes, não pesquisavam temas relativos ao gênero ou às "mulheres", mas claro que isso não as deixavam alheias ao processo.

A relevância destes trabalhos citados, reside justamente na reconstituição das trajetórias femininas que se enquadraram nas diferentes esferas da produção de conhecimento, Maria da Gloria de Oliveira professora da UFRRJ recentemente publicou artigo na revista científica *História da Historiografia*, intitulado “Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia”, propondo exatamente uma investigação acerca da invisibilidade das produções de autoria feminina na história intelectual. Um estudo que abre caminhos dentro da própria história da historiografia para deslocar as pesquisas do lugar-comum, fazendo um breve levantamento sobre a revista HH, além de dados sobre a SBTHH, também conclui a

---

<sup>76</sup> Cf. DIAS, M. O. L. S. *Quotidiano e Poder*. 2. ed. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1995. 264p.

<sup>77</sup> Cf. DIAS, M. O. L. S. *Novas Subjetividades Na Historiografia Feminista: Hermenêutica das Diferenças*. REVISTA DE ESTUDOS FEMINISTAS, RIO DE JANEIRO, v. 2, n.2, p. 273-285, 1994. DIAS, M. O. L. S.. *Mulheres sem história*. Revista de História (USP), dep.de história da USP, v. 114, p. 31-45, 1983. DIAS, M. O. L. S. . *modos de ser femininos en el brasil de entresiglos*. In: Isabel Morant et al. (Org.). *Historia de las mujeres en espana y america latina*. 1ed.Madrid: Catedra, 2006, v. 3, p. 721-736. DIAS, M. O. L. S. *Teoria e Metodo dos Estudos Feministas: A Hermenêutica do Quotidiano*. In: Cristina Bruschini; Albertina Costa. (Org.). *UMA QUESTAO DE GENERO*. RIO DE JANEIRO: ROSA DOS VENTOS, 1992, v. , p. 39-53. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças". *Revista Estudos Feministas*, v. 2, n. 2, p. 373-382, 1994.

existência de um número restrito de trabalhos que aborda, as historiadoras e as suas produções historiográficas, comparativamente àqueles que tematizam historiadores. Oliveira também assinala como “(...) o estudo das intelectuais sempre se constituiu, nas ciências humanas, em objeto e tema para especialistas mulheres, gênero e feminismo” (OLIVEIRA, 2018, p.116.). E salienta, a separação paradigmática, que abrange, de um lado, a história das mulheres e, de outro, a história intelectual e a história dos intelectuais, perpassando a questão das respectivas especificidades das agendas de pesquisa dessas áreas.

Logo, um possível mecanismo mobilizado pela professora Gêssica Guimarães para aumentar a mudanças dessas agendas, é através da disciplina “Feminismos e novas epistemologia para a escrita da história” ministrada na UERJ no primeiro semestre de 2019, no qual tive a oportunidade de ter lido a ementa da disciplina, além de leituras sobre movimento feminista, também busca verificar as permanências do cânone masculino na teoria e história da historiografia, tais meios de transmitir estas novas abordagens contribuem muito para a expansão destes estudos e em despertar o interesse para este tipo de pesquisa entre os jovens historiadores e historiadoras.

Acredito que após o *boom* do campo da história das mulheres, ainda nos anos 1980, os últimos anos<sup>78</sup> tem se mostrado proveitosos na intensificação de pesquisas sobre mulheres e gênero em todos os campos da História. Esse caminho é trilhado com muitas atribulações, através da atuação de algumas das pesquisadoras aqui citadas, mas de muitas outras também, que com certeza contribuem para reconfiguração da face da historiografia, onde é cada vez mais urgente demarcar a necessidade da mudança de figura, de forma e de gênero da História, e assim talvez, conseguir romper com alguns silêncios que tem sido muito duradouros.

---

<sup>78</sup> Considerando as pesquisas aqui comentadas, a maioria é de 2016 para cá.

## Conclusão

A preocupação primordial desta dissertação foi lançar luz na contribuição intelectual das mulheres para a história da historiografia. Algo muito maior, como se viu, do que até aqui fora registrado pela disciplina histórica. Está muito baseada na naturalização epistemológica ao redor dos cânones historiográficos. Procurou-se argumentar através de um conjunto de dados como a historiografia brasileira se delineou de forma relativamente excludente com relação à produção intelectual feminina. Desde que iniciei essa pesquisa, uma questão que me guiou foi: como, mesmo com a presença massiva de mulheres se formando nas universidades nos últimos 40 anos, os referenciais teóricos utilizados são majoritariamente masculinos, mesmo nas ciências humanas.

Inicialmente considerei que entrevistar algumas historiadoras de particular relevância para entender essas questões seria o melhor caminho. Porém, analisar alguns dados mais concretos acabou sendo meu alvo. Foram eles textos em livros, revistas acadêmicas especializadas, seminários, teses e dissertações defendidas, entre outros. Na verdade, esse também é um esforço de autocrítica, pois precisei colocar em avaliação ideais de carreira problematizados por mim e que, de certa forma, são contingenciais à minha própria trajetória acadêmica e dos meus colegas. Isto é, tendo em vista que minha formação, principalmente na pós-graduação, foi direcionada para o um modelo acadêmico no qual a produtividade tem um peso muito relevante.

No primeiro capítulo utilizei a documentação como forma de atestar a existência da diferença entre o sexo feminino e masculino no trabalho intelectual e me surpreendi com a quantidade equiparada de mulheres que realizaram mestrado e até doutorado. Porém, refletindo sobre isso, concluí que a quantidade nem sempre significa representatividade, e que existiam outros níveis mais altos da carreira que esta quantidade ia paulatinamente diminuindo. Talvez seria interessante mapear também nas pessoas que se graduaram e realizaram pós-graduação, mas não conseguiram (ou puderam) se inserir profissionalmente nos espaços universitários. Seria uma possibilidade de pesquisa a ser ainda realizada. Ao dar voz a essas pessoas, poderíamos questionar quais fatores estiveram relacionados a possíveis dificuldades enfrentadas por aqueles e aquelas que não conseguiram se estabelecer duradouramente no campo.

No Brasil, as décadas de 1950 e 1970 acenam-se como uma etapa central da problemática do amadurecimento da História enquanto disciplina universitária, suscitando,

inclusive, exames críticos da profissão em eventos acadêmicos. As condições de inserção das primeiras mulheres na historiografia foram de compartilhar com os historiadores o trabalho de criar, instituir e legitimar os primeiros cursos universitários de História, bem como a pesquisa histórica, embora não tenham tomado posição protagonista.

No segundo capítulo busquei compreender a existência deste hiato na história da historiografia brasileira com relação a incorporação da perspectiva de gênero que vem se modificando, demonstrando um interesse crescente nessa área de pesquisa. A categoria de gênero, porém, que deveria ser usada para questionar teoricamente as bases epistêmicas da própria disciplina é colocada com alguns limites. Esses estudos prosseguem paralelos a “História”, mantendo-se como temas de disciplinas eletivas, e deslocado para as bordas do que é considerado central no plano institucional. Os conceitos com que trabalham as ciências humanas são identitários e, portanto, excludentes, pois pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao modelo de homem branco heterossexual civilizado do “primeiro mundo”, deixando de lado todos aqueles que escapam deste padrão referencial. Mais do que nunca, a crítica feminista evidencia as relações de poder constitutivas da produção dos saberes, questionando as orientações da produção de conhecimento científico.

Cada vez mais, é possível notar, crescer os estudos sobre as relações de gênero, sobre as mulheres, em particular, porém ao mesmo tempo se constitui também, uma nova área de estudos sobre os homens não mais percebidos como sujeitos universais. Sem dúvida alguma, os resultados das inúmeras perspectivas abertas têm sido dos mais criativos e instigantes, com o olhar feminista que permite reler a história. De acordo com Ana Carolina Pereira, o desafio maior que se apresenta, especialmente para a teoria da história – e história da historiografia – estaria em ter ciência das relações geopolíticas geralmente invisíveis nas referências bibliográficas, e deslocar este lugar epistêmico no trabalho intelectual (PEREIRA, 2018, p.109).

Pensar políticas institucionais também é uma urgência indispensável em espaços de disputa política, principalmente, no atual momento de desmonte de educação superior pública. Nas agências de fomento, universidades, sociedades científicas e associações, assegurar maneiras de distribuição proporcional entre pesquisadores e pesquisadoras dos investimentos em suas investigações. Principalmente, diante de determinadas situações, por exemplo, das 203

bolsas de produtividade 1A<sup>79</sup> em todas as áreas disponibilizadas pelo CNPq<sup>80</sup> neste ano de 2019, 142 foram para pesquisadores do sexo masculino e 61 do sexo feminino. Este é um dado recente, de algo que já deveria estar superado, mas não está. As defasagens numéricas são consequências de diversos fatores vistos, como das deficiências teóricas dentro do campo.

Alegra-me imaginar que será cada vez mais inevitável presenciar as inúmeras possibilidades abertas para os estudos historiográficos pelas teorias feministas, da desconstrução de temas e interpretações masculinas às novas propostas de se falar femininamente das experiências do cotidiano, rompendo com antigas oposições binárias e incorporando a dimensão subjetiva do pesquisador(a). Esse movimento já começou; desejo que, a partir deste empreendimento historiográfico ainda incipiente, o(a) leitor(a) possa encontrar vários outros.

---

<sup>79</sup> Para ser pesquisador nível 1 (em qualquer área), o pesquisador será enquadrado em quatro diferentes níveis (A, B, C ou D), com base comparativa entre os seus pares e nos dados dos últimos 10 (dez) anos, entre eles o que demonstre capacidade de formação contínua de recursos humanos. Nas suas normas, o CNPq ainda destaca que o pesquisador 1A “deve, na maior parte dos casos, extrapolar os aspectos unicamente de produtividade para incluir aspectos adicionais que mostrem uma significativa liderança dentro da sua área de pesquisa no Brasil e capacidade de explorar novas fronteiras científicas em projetos de risco.”

<sup>80</sup> Disponível em: <[http://www.cnpq.br/documents/10157/6864516/PQ\\_divulgacao\\_site\\_corrigido.pdf/b0c6ba14-a0b1-42fb-b7fe-cb67baf6d2c3](http://www.cnpq.br/documents/10157/6864516/PQ_divulgacao_site_corrigido.pdf/b0c6ba14-a0b1-42fb-b7fe-cb67baf6d2c3)>. Acesso 7 de jul. de 2019.

## Referências bibliográficas:

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. A guerra não tem rosto de mulher. Traduzido por Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALVES, Miriam Fábria; OLIVEIRA, João Ferreira de. Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 30, n. 2, fev. 2015. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/53680>>. Acesso em: 20 de março de 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.21573/vol30n22014.53680>.

BARROSO, Carmem; MELLO, Guiomar Namó de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. Fundação Carlos Chagas, Cadernos de Pesquisa, n° 15, p. 47-77, 1975.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. Campo de poder, campo intelectual. Editora Montresor, 2002.

\_\_\_\_\_. A dominação masculina. 4. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. Homo academicus. Cambridge, UK, Polity Press, 1984. [ed. bras.: Homo academicus. Florianópolis, UFSC, 2011].

BUTLER, Judith. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_. Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CERTEAU, Michel de. A escrita da História; trad. Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel – 2.ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014.

CLOCLÉ, Ana Rosa; PEREIRA, Mateus; NICOLAZZI, Fernando (orgs). Contribuições à história da historiografia luso-brasileira. São Paulo: Editora Hucitec, 2014.

DA MATA, Giulle. Condição feminina e casamento a partir da obra de Marianne Weber. In: Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 27, n. 2 - Jul/Dez. 2014 – ISSN online 1981-3082.

DIAS, M. O. L. S. Quotidiano e Poder. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 264p.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão. 23ª Reunião Anual da ANPED: Caxambu, 2000. Disponível em <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF>. Acesso em 20 abr. 2018.

FREIXO, André de Lemos. Um 'arquiteto' da historiografia Brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 31, n. 62, p. 143-172, Dec. 2011. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882011000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882011000200009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 maio 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882011000200009>.

GOMES, Ângela de Castro. História e Historiadores. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

GONTIJO, Rebeca. Tal História, qual memória? Contribuições para pensar a escrita da história da historiografia no Brasil (1940-1970). In: Ana Rosa Clochet da Silva, Fernando Nicolazzi e Mateus Pereira (orgs.) Contribuições à história da historiografia luso-brasileira. São Paulo: Ed. Hucitec, 2014, pp. 357-88.

GUIMARÃES, Lúcia Maria. Sobre a história da historiografia como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das; GUIMARÃES, Lucia Maria P.; GONÇALVES, Marcia;

HAHNER, June. A Mulher no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 27ªed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

\_\_\_\_\_. O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos (1900-1950). In: Pedro Meira Monteiro & João Kennedy Eugênio (orgs.). Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas. Campinas-Rio de Janeiro: Ed. Unicamp-Ed. UERJ, 2008, pp. 601-15. Originalmente publicado no jornal Correio da Manhã. Caderno especial Cultura Brasileira (comemorativo dos cinquenta anos do jornal), 15-6-1951.

JOUTARD, Philippe. Reconciliar história e memória. Escritos: revista da Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, ano 1, n. 1, p. 223, 2007.

KEHL, Maria Rita. Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. São Paulo: Boitempo, 2016.

KETZER, Patrícia. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. Revista de Filosofia ARGUMENTOS, ano 9, n. 18 - Fortaleza, jul./dez. 2017. Disponível em <<http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/31031>> Acesso em 21 de maio de 2019.

LIBLIK, Carmem Silvia da Fonseca Kummer. O pioneirismo feminino na história: análise dos depoimentos de Alice Canabrava e Olga Pantaleão. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, SP, v. 24, n. 1, p. 73-98, out. 2016. ISSN 2178-3284. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8647081/14208>>. Acesso em: 30 mar. 2018. doi:<https://doi.org/10.20396/resgate.v24i1.8647081>.

\_\_\_\_\_. Uma história toda sua: trajetória de historiadoras brasileiras (1934-1990). Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: < <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/48871/R%20-%20T%20-%20CARMEM%20SILVIA%20DA%20FONSECA%20KUMMER%20LIBLIK.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 13 de maio. 2019.

\_\_\_\_\_. Trajetória de Maria Yedda Linhares: notas sobre a construção de um devir. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 9, n. 22, jan. 2017. ISSN 1983-9928. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1121>>. Acesso em: 16 fev. 2019. doi:<https://doi.org/10.15848/hh.v0i22.1121>.

\_\_\_\_\_. Gênero e Trajetórias Acadêmicas das Primeiras Mulheres Universitárias Brasileiras. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 8, n. 1, p. 104125, 2017. ISSN21772886.

LINHARES, Maria Yedda. Depoimento. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão. 23ª Reunião Anual da ANPED: Caxambu, 2000. Disponível em <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF>. Acessado em 20 abr. 2018.

MACHADO, Daiane Vaiz. Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. 2016. 337 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

\_\_\_\_\_. Delatando Segredos: a análise bourdieusiana do campo acadêmico. *Revista TEL. Paraná*, v. 4, n.1, 2013. Disponível em: < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/viewFile/5316/4003>>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

MATTOS, Marlise; CYPRIANO, Breno. Críticas feministas, epistemologia e as teorias da justiça social. 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu/MG.

MELLO E SOUZA, Laura de. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. Rio de Janeiro: Contexto, 1998, p. 17-38.

- MILL, Stuart. A sujeição das mulheres. Trad. Débora Ginza. São Paulo: Ed. Escala, 2006.
- MOTTA, Rodrigo P. Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NICODEMO, Thiago; DOS SANTOS, Pedro Afonso; PEREIRA, Mateus. Uma introdução da história da historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.
- NICOLAZZI, Fernando (org.). História e historiadores no Brasil. Do fim do Império ao alvorecer da República, c. 1870-1940. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 11, n. 28, dez. 2018. ISSN 1983-9928. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1414>>. Acesso em: 06 abr. 2019. doi:<https://doi.org/10.15848/hh.v11i28.1414>.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, June 2011. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2011000100270&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2011000100270&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 06 April 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X012022015>
- PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88 - 114, abr/jun. 2018.
- PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. Trad. Angela M. Côrrea – 2ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.
- \_\_\_\_\_. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.
- ROCHA, João Cezar de Castro. O exílio do homem cordial; ensaios e revisões. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004.
- RODRIGUES, Pedro Conterno. Emília Viotti da Costa: contribuições metodológicas para a historiografia da escravidão. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, área de concentração História Econômica) Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2018.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação gênero e raça. Encontro da Latin American Studies Association, Guadalajara, México, 17-19, abril, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. Gênero patriarcado violência. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Raízes da imaginação política brasileira. Dados, Rio de Janeiro, Iuperj, n. 7, 1970, pp. 146-7. In: Boris Fausto (dir.). História geral da civilização brasileira III: O Brasil Republicano 2 – Sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, 1977, pp. 343-74.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

\_\_\_\_\_. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. A Escrita da História-novas perspectivas. São Paulo: Ed Unesp, 2011. p. 65-98.

SMITH, Bonnie. Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica. Trad.: Flávia Rossler. Bauru: EDUSC, 2003.

SMITH, Hilda L. Women Intellectuals and Intellectual History: their paradigmatic separation. Women's History Review, v. 16, n. 3, p. 353-368, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, (2010 [1985]).

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. Projeto História (15), São Paulo, 1997, pp.51-71.

VARELLA, Flávia. Limites, desafios e perspectivas: a primeira década da revista História da Historiografia (2008-2018). História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 11, n. 28, dez. 2018. ISSN 1983-9928. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1427>>. Acesso em: 15 jan. 2019. doi:<https://doi.org/10.15848/hh.v11i28.1427>.

VENTURINI, Ana Carolina. A presença das mulheres nas universidades brasileiras: um panorama de desigualdade. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. p 1- 15. Disponível em: <[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500230828\\_ARQUIVO\\_AnnaCarolinaVenturini\\_Texto\\_completo\\_MM\\_FG.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500230828_ARQUIVO_AnnaCarolinaVenturini_Texto_completo_MM_FG.pdf)>. Acesso em: 26 de abril de 2019.

## Fontes:

ÁGORA/ Universidade de Santa Cruz do Sul, Departamento de História e Geografia – Vol. 1, n. 1 (mar. 1995) – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1995.

ANDRADE, Pedro. Por que uma obra é clássica? Revista Poiésis, n. 11, p. 191-96, nov., 2008.

ARANHA, Patrícia Marinho. Geografia como profissão – campo, auto-representação e historiografia (1934-1955). Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ARANHA, Patrícia Marinho. Geografias Femininas: papel do gênero na geografia brasileira, 2018. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/geografia-feminina-papel-do-genero-na-geografia-brasileira/>> Acesso 3 de jun. 2019.

ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. Historiografia luso-brasileira contemporânea. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

Arquivo da Biblioteca Florestan Fernandes da USP: atas concurso para as Cadeiras no Departamento de História, 1968-1975.

Arquivo do Serviço de Pós-graduação da FFLCH/USP: programas das disciplinas ministradas na pós-graduação de história econômica e social, 1971-1987.

Arquivo do Serviço de Pós-graduação da FFLCH/USP: atas de coordenação dos programas de história econômica e social, 1977-1991.

Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros/USP: anais do o I Seminário de Estudos Brasileiros e Encontro Internacional de Estudos Brasileiros, 1971.

BASSETTO, Sylvia. Entrevista com Emília Viotti da Costa. São Paulo, Revista da Adusp, 1999, p. 21. Apud RODRIGUES, Pedro Conterno. Emília Viotti da Costa: contribuições metodológicas para a historiografia da escravidão. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, área de concentração História Econômica) Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], p.31, 2018.

BLAY, E. A.; LANG, A. B. S. G. (Org.). Mulheres na USP: horizontes que se abrem. São Paulo: Humanitas, 2004.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 10 março 2018.

BRASIL. I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979). Brasília, 1975. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I\\_PNPG.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I_PNPG.pdf). Acesso em: 10 março 2018.

BRASIL. II Plano Nacional de Pós-Graduação (1982-1985). Brasília, 1982. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/II\\_PNPG.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/II_PNPG.pdf). Acesso em: 10 março 2018.

BRASIL. Reforma universitária. Relatório do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto do Executivo nº. 62.937/1968 (Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências). Ministério da Educação e Cultura, 3ª. ed., 1983.

CALVINO, Italo. Por que ler os clássicos. Tradução, O Nilson Moulin. – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CANABRAVA, Alice P. O caminho percorrido. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003.

CERQUEIRA, Cleide B. O ensino superior e a mulher: aspectos da presença feminina na USP nas décadas de 1930 e 1950. 2011. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2001.

CORRÊA, Carlos Humberto (org.). Catálogo de dissertações e teses dos cursos de pós-graduação em História: 1973-1985. Florianópolis. Ed. Da UFSC, 1987.

DIEHL, Astor Antônio. Cultura historiográfica. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Catálogo de dissertações e teses 1942-1997. São Paulo: Editora Xamã, 1998.

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Memória FFCL/FFLCH USP. São Paulo, 2002.

FALCON, Francisco J.C. A identidade do historiador. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, FGV-CPDOC, v.9, nº.17, 1996. p.7-30

FALCI, M. B. K. Catálogo de dissertações e teses do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro: 1980-1996. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

FICO, Carlos, POLITO, Ronald. A História no Brasil (1980-1989). Elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992. 206 p. (v. 1)

\_\_\_\_\_. A História no Brasil (1980-1989). Série Dados. Ouro Preto: UFOP, 1994. 344 p. (v. 2)

GLÉNISSON, Jean, Iniciação aos estudos históricos. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, 1977.

GONTIJO, Rebeca. Estudos de Historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

GUIMARÃES, Manoel (org.). Encontro de Historiografia e História Política. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Livros de fontes de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.

HOLANDA, Heloísa Buarque de; ARAÚJO, Lucia Nascimento. Ensaístas Brasileiras: mulheres que escrevem sobre literatura e artes de 1860 a 1991. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

IGLESIAS, Francisco. Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

\_\_\_\_\_. A Pesquisa Histórica no Brasil. Revista de História, São Paulo, v. 43, n. 88, p. 373-415, dec. 1971. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131199/127607>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

LACOMBE, Américo Jacobina. Introdução ao estudo da história do Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.

LAPA, José Roberto do Amaral. A história em questão: historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_. História e historiografia: Brasil pós-64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LÔBO, Yolanda; FARIA, Lia (Orgs.). Vozes femininas do Império e da República. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

MELLO E SOUZA, Laura de. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). Historiografia brasileira em perspectiva. Rio de Janeiro: Contexto, 1998, p. 17-38.

MESGRAVIS, Laima. O curso de pós-graduação do departamento de história da Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo. R. bras. Hist., São Paulo, 3 (5): 87-118, mar, 1983.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira: 1973-197: pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ática, 1978.

- MOTA, Lourenço. Introdução ao Brasil: um banquete no trópico. São Paulo: Editora Senac, 1999.
- NOVAIS, Fernando A.. A Universidade e a pesquisa histórica: apontamentos. Estud. av., São Paulo, v.4, n.8, p.108-115, Apr.1990. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340141990000100008&lng=en&nrm=i](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141990000100008&lng=en&nrm=i)>. Acesso em 20 abr. 2018.
- ODÁLIA, Nilo. Grandes Cientistas. São Paulo: Editora Ática, 1979
- PANTALEÃO, Olga. Depoimento. In: BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Mulheres na USP: horizontes que se abrem. São Paulo: Humanitas, 2004.
- PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique (orgs.). Os Historiadores brasileiros – clássicos da história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018.
- PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (orgs.). Intérpretes do Brasil – clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. – 1ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- RODRIGUES, José Honório. História e historiografia. Petrópolis: Vozes, 2015.
- SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. 394p.
- WEBER, Marx. A ciências como vocação. Ed. Lusofonia.